

MINAS GERAIS (PROVÍNCIA) PRESI-
DENTE (CRISPINIANO SOARES)
RELATORIO ... 2 ABR. 1864

INCLUI ANEXOS

RELATORIO

QUE

AO ILLM. E EXM. SR. DR.

Fidelis de Andrade Botelho,

4.º VICE-PRESIDENTE DA PROVINCIA

DE

MINAS GERAES,

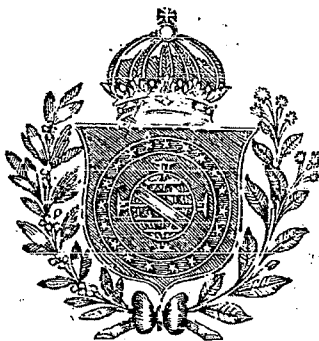
APRESENTOU

NO ACTO DE PASSAR A ADMINISTRAÇÃO,

EM 2 DE ABRIL DE 1864.

O CONSELHEIRO

João Crispimiano Soares.



OURO PRETO.

TYP. DO MINAS GERAES.

1864.



RELATORIO.

Illustrissimo e Excellenissimo Senhor.

DIGNANDO-SE S. M. o Imperador exonerar-me por decreto de 23 de janeiro do honroso cargo de presidente da provincia de Minas Geraes, que tenho exercido desde o dia 4 de junho do anno passado, vou cumprir o ultimo dever do meu officio,—dando a v. exc. as informações que pude colher sobre o estado dos negocios publicos, como me recommenda o aviso circular de 11 de março de 1848.

Ao depositar nas mãos de v. exc. a administração da provincia, grande é o praser que sinto por vel-a entregue á um illustre filho de Minas.

No desempenho do meu dever sou o primeiro á reconhecer e confessar que as minhas informações não ficarão ao par dos meus desejos; mas como ellas falta não fasem á quem, melhor do que eu, conhece a corrente dos negocios e do governo de sua provincia, anima-me este conceito, e a certeza de que supprirá v. exc. com suas luzes e experiencia a minha pouca sufficiencia.

Antes de começar a exposição do estado da administração provincial, congratulo-me com v. exc. pela continuação inalterada da tranquillidade publica.

Tem este beneficio sua raiz no espirito de ordem do povo Mineiro, e na convicção geral da bondade de nossas instituições e da justiça do governo de S. M. o Imperador.

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL.

Na conformidade da lei devia no 1.º de agosto de anno passado ter lugar a reunião da assembléa legislativa provincial. Mas, coincidindo os seus trabalhos com a epocha marcada para a eleição, em consequencia da dissolução da camara dos srs. deputados, e não desejando que seus membros ficassem inhibidos de tomar parte no pleito eleitoral, que se ia instaurar, nem que, interessados como devem ser todos os cidadãos pelo exercicio dos seus direitos politicos, deixassem de concorrer á sessão, entendi conveniente adiar a reunião para o dia 15 de outubro.

Em vista disto a instalação da assembléa legislativa provincial realisou-se no dia 16 do referido mez. Mas, infelizmente, lhe não foi possível, durante dous mezes de trabalho, confeccionar as leis annuas, indispensaveis ao andamento regular da administração provincial.

A' v. exc. pois cumpre tomar suas medidas no sentido de sanar semelhante falta; e estou seguro de que com a nova assembléa, que deve funcionar em a 15.^a legislatura, será v. exc. mais feliz do que eu fui com a passada.

Durante a reunião da assembléa, que celebrou, como v. exc. sabe, vinte e nove sessões, ella elaborou cincoenta e quatro proposições e onze resoluções. Estas mandei publicar, como me iacumbe o acto addicional; quanto áquellas, porem, entendi, e nisto fui de accordo com a opinião de um dos meus antecessores, com as instrucções do governo imperial, e com as conveniencias administrativas, que devia negar, como neguei, a sanção á quasi todas.

As rasões de tão grande fertilidade legislativa não preciso diser á v. exc., que acompanhou os trabalhos da assembléa.

Tendo a mesma assembléa determinado no art. 1.^o § 14 da lei n. 1,145 que vigorasse o regulamento n. 38, que organisou o serviço da typographia provincial, meu antecessor, sentindo embaraços na sua execução, e levado pelo principio de economia, arrendou á João Francisco de Paula Castro o dito estabelecimento, e com elle contratou não só a publicação dos actos do governo, mas tambem todas as impressões de que houvessem mister as repartições provinciaes.

Este contracto foi sujeito á approvação da assembléa, que nelle enxergou infracção da lei e da constituição do império. Entendeu talvez a assembléa legislativa provincial, que eu devia revogar o contracto; mas se tal foi o pensamento que presidio ás suas censuras, cabe-me aqui ponderar á v. exc., que tomou a defesa da administração, que no dominio do direito não pode o presidente revogar actos seus ou de seus antecessores que firmão direitos em favor de terceiros. Alem disto, o presidente arrendando um bem ou cousa faz um acto de proprietario, e não de administrador, e por tanto está sujeito a lei civil.

E pois contratando a assembléa a publicação dos seus trabalhos com a typographia da Constanção Villeneuve, estabelecida no Rio de Janeiro, como consta do officio dirigido ao secretario do governo sob n. 24 e data de 25 de novembro do anno findo, conformou-se com as leis ns. 159 de 6 de março de 1840 e 1,145 de 3 de outubro de 1862.

Estão concluidas as obras do paço da assembléa, que estiverão á cargo do official maior da secretaria da mesma José Januario de Cerqueira.

Toda a despesa, inclusive a decoração, importou na quantia de 7:470\$062 rs., excepto alguns materiaes que mandei fornecer dos que se destinavão para a casa de exposição.

Entretanto é preciso reconhecer que o dito official maior esforçou-se para que houvesse toda a economia dos dinheiros da provincia; cumprindo notar, que se o algarismo que ficou escripto chegou ao dobro do orçamento organizado pelo engenheiro H. Gerber, proveio a differença de obras importantes, que não tendo sido por elle previstas, foi necessario realisar.

PRESIDENCIA DA PROVINCIA

Acha-se, como v. exc. não ignora, nomeado presidente desta provincia, por decreto de 23 de janeiro deste anno, o illm. e exm. sr. dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Sendo exonerados os srs. Joaquim Camillo Teixeira da Motta e Theodoro Carlos da Silva do cargo de vice-presidente desta provincia, e nomeados em quarto lugar v. exc. e em sexto o sr. dr. Marçal José dos Santos, ficarão os vice-presidentes da provincia na seguinte ordem:

Exms. srs. — Senador José Joaquim Fernandes Torres, doutor Joaquim Delfino

Ribeiro da Luz, senador Manoel Teixeira de Sousa, doutor Fidelis de Andrade Botelho, Barão de Prados e dr. Marçal José dos Santos.

SECRETARIA DO GOVERNO.

Esta repartição, pela qual são expedidos os negocios á cargo da presidencia, esteve debaixo das vistas do seu official maior, Candido Theodoro de Oliveira, até que chegando á esta capital o bacharel Custodio Marcellino de Magalhães, nomeado por decreto de 21 de maio do anno passado secretario do governo, tomou este posse do emprego á 2 de janeiro, e acha-se em exercicio.

O pessoal da repartição nenhuma alteração soffreo, e consta do quadro sob numero 1.

Aproveito o ensejo não só para agradecer á todos os empregados da secretaria o zelo com que me coadjuvarão durante o pequeno espaço da minha administração, como também para dizer-lhes o meu adeus de despedida.

ADMINISTRAÇÃO DA FASENDA.

THESEOURARIA DE FASENDA.

O inspector desta repartição, José Innocencio Pereira da Costa, depois de removido por decreto de 16 de dezembro do anno passado para a provincia da Bahia, em qualidade de contador, foi de novo nomeado para exercer o mesmo cargo de inspector nesta provincia, e acha-se na effectiva posse d'elle desde o dia 11 de março ultimo.

Os trabalhos que correm por esta repartição, segundo me informa o contador João José Ribeiro Bhering, tem sido feitos com regularidade, notando-se entretanto algum atraso nos mesmos, devido as faltas dos empregados por molestias, licenças &c.

As rendas da provincia tem augmentado, e os pagamentos são feitos com regularidade.

Em 30 de março o saldo existente em dinheiro era de rs. 56:736\$983, além de 498:110\$146 em letras, sendo 18:564\$655 pertencentes á fazenda, e 477:543\$491 ao extinto vinculo do Jaguará.

MESA DAS RENDAS.

Sendo exonerado do emprego de inspector da mesa das rendas o commendador Carlos José Alvares Antunes, ficou a repartição desde o dia 8 de janeiro á cargo do contador, Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho, que tem desempenhado suas novas funções com o mesmo zelo que seu antecessor.

Por acto de 1.º de fevereiro nomeei para exercer o lugar de inspector o dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena, que não reunindo a pratica dos negocios de fazenda, gosa de muito conceito, e intelligencia bastante para collocar-se em estado de coadjuvar a administração neste ramo de serviço publico, por sem duvida de maxima importancia para sua provincia natal.

Tendo fallecido no dia 6 de janeiro deste anno o 2.º escripturario da contadoria, Ricardo de Ásis Pinto, pretenderão o lugar vago o 3.º escripturario da mesma contadoria Augusto Collatino de Mello, o amanuense da secretaria Domingos Ribeiro dos Santos Monteiro e outros.

Nenhuma decisão tomei porquê ainda não recebi as informações indispensaveis, e que foram exigidas da mesa das rendas.

Devo dizer á v. exc. que por deliberação de 22 de janeiro deste anno demittí o amanuense da secretaria da mesa das rendas, Francisco de Paula Ribas, e nomeei em seu lugar o cidadão João Alfredo de Athaide, por acto do 1.º de fevereiro.

A demissão foi motivada e v. exc. encontrará na secretaria do governo os documentos justificativos.

O pessoal da mesa das rendas consta do quadro, que tenho a honra de offerecer á v. exc. sob n. 2.

No relatório que em data de 26 do mez de fevereiro me enviou o chefe de secção Francisco de Paula Barbosa, encontrará v. exc. todos os esclarecimentos concernentes á marcha dos trabalhos da repartição, e as causas porque as execuções por parte da fazenda não offerecem aspecto lisonjeiro.

Por solicitação minha o Banco do Brasil autorizou a caixa filial, estabelecida nesta capital á descontar letras da mesa das rendas até o valor de 500:000\$ rs. com a taxa de 8 %, igual á que paga a thesouraria da provincia do Rio de Janeiro.

Em data de 16 de dezembro do anno passado utilizei-me deste favor, e autorizei o emprestimo de 20:000\$ rs. para satisfazer o subsidio e ajuda de custo dos membros da assembléa legislativa provincial, e outras despesas verificadas no segundo mez de sessão.

Desejando que ficasse solvido esse empenho, que por motivos poderosos fui obrigado á contrahir, entendi-me com o actual inspector da mesa e no dia 4 de fevereiro, se não resgatou-se a letra de 20:000\$ rs., satisfiz-se outra da quantia de 21:468\$948 rs., ficando dest'arte amortizado o emprestimo e satisfeitos os meus desejos.

Quando recebi a administração da provincia encontrei nos cofres da mesa das rendas a quantia de 42:497\$471 rs., sujeita ás despesas do mez de maio.

Ao entregal-a a v. exc. deixo a quantia de 69:208\$711 rs., segundo o balanço dado aos 23 de março; mas tenho razões para acreditar que a arrecadação das rendas da provincia hade melhorar.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

A provincia está dividida em 20 comarcas, as quaes-todas estão providas de juizes de direito.

Devo declarar a v. exc. que, em consequencia da aposentadoria concedida ao dr. José Bernardo de Loyola, foi removido da comarca de Paracatú para a do Sapucahy o dr. Joaquim Pedro Villaga, por decreto de 30 de novembro ultimo, e na mesma data nomeado para aquella, o dr. Constantino José da Silva Braga, que era juiz municipal e de orfãos do termo da Bagagem.

Sendo removido o dr. Manoel José Pinto de Vasconcellos da comarca do Paraná para a de S. Matheus, na provincia do Espirito Santo, foi, por decreto de 6 de outubro do anno passado designada aquella comarca ao juiz de direito Joaquim Bernardes da Cunha, o qual tendo obtido aposentadoria, foi substituido por decreto de 30 de novembro pelo dr. José Antonio Alves de Brito, juiz municipal e d'orphãos do termo de Pouso Alegre.

Conta a provincia 63 municipios, dos quaes dous não forão ainda installados —Arassuahy e S. João Baptista.

A excepção destes dous, todos os outros tem fêro civil; mas nos do Pará, S. Francisco das Chagas do Campo Grande, Desemboque, Prata, Guaicuhy e Santo Antonio do Monte, não está creado o lugar de juiz municipal e d'orphãos.

Nos termos de Grão Mogol, Montes Claros, Araxá, Bagagem, S. Romão, Jacuhy, S. José, Pomba e Bomfim não estão providos os lugares de juiz municipal; assim como não consta que tenham entrado em exercicio os dos termos de Caethé, Diamantina, Patrocinio, Passos, Pitangui, Baependy e Leopoldina &c.

Está vaga a promotoria publica da comarca de Paracatú: não consta que tenham entrado em exercicio os promotores nomeados para as comarcas do Serro, Rio de S. Francisco, Parahybuna, Sapucahy, Rio Verde e Pomba.

Era meu desejo apresentar a v. exc. um mappa que contivesse o numero total dos jurados. qualificados nos diferentes termos da provincia; mas não tendo ainda recebido de todos os juizes de direito as informações que exigi em circular de 11 de janeiro

proximo passado; não me é possível fazel-o senão de modo imperfeito, como v. exc. verá do quadro sob n. 3.

ADVOGADOS.

Varios cidadãos, principalmente nos mezes de outubro á dezembro, requererão á presidencia provimento vitalicio de advogados, fundados nas leis ns. 111 de 6 de abril de 1838, 176 do 1.º de abril de 1840, e 1,156 de 4 de outubro de 1862.

Considerando que a ultima lei revogando a de n. 1,050 de 8 de julho de 1859, que estabeleceu as condições que os pretendentes devião reunir para tão importante officio deixou ao juizo da administração a concessão; e tendo noticia da carta confidencial do ministerio da justiça dirigida á presidencia em 16 de fevereiro de 1860, entendi que não devia dar taes provimentos de advogados.

POLICIA.

Tendo tratado, em meu relatorio, apresentado á assembléa legislativa provincial, do pessoal da policia da provincia, poucas são as informações que tenho á offerecer á consideração de v. exc.

ESTATISTICA DOS CRIMES.

Segundo os mappas confeccionados pela repartição da policia no anno findo, foram perpetrados na provincia os seguintes

CRIMES:

Homicidios.	67
Tentativas de morte.	14
Ferimentos.	17
Uso de armas.	2
Estupro.	2
Resistencia	3
Roubo.	2
Furto	1
Tirada de presos.	1
Entrada em casa alheia.	1
Tentativa de reduzir pessoa livre á escravidão	1
Damno	1

112

Estes crimes foram commettidos por 174 pessoas, das quaes 31 foram presas.

Trez dos homicidios foram perpetrados por escoltas, das quaes uma compunha-se de quinze pessoas, ignorando-se o numero das outras duas.

No municipio da Diamantina foram commettidos diversos crimes, que fazem parte deste quadro, por escravos fugidos, cujo numero não é sabido.

ARROLAMENTO DA POPULAÇÃO.

Não havendo na secretaria da policia as necessarias informações para o arrolamento da população da provincia, como fez sciente o doutor chefe de policia em officio de 11 de janeiro deste anno, ordenei-lhe que expedisse suas ordens para que fosse satisfeita a disposição do art. 58 § 17 do regulamento n.º 120 de 31 de janeiro de 1842.

Estou persuadido de que aquelle digno magistrado, que está á frente da policia da provincia não poupará esforços, como em outras occasiões, para prestar mais este serviço á administração.

PRISÕES PUBLICAS.

A' excepção das cadeas da capital, que, como é sabido, tem todas as condições de solidez e segurança, mas que ainda necessitam de muitos concertos; das de Marianna, S. João d'El-Rei e Campanha, que são soffríveis, todas as mais achão-se em pessimo estado.

Em alguns municipios pode-se mesmo dizer que só existem simulacros de prisões, e por isso não admira que sejam tão frequentes as fugas de criminosos.

Seria bem conveniente que as prisões publicas da provincia guardassem as classificações de preventivas, repressivas e correccionaes, como pede a justiça e as leis; pois importa não confundir, entre os que fraquearão no cumprimento do dever, o indiciado com o criminoso.

CADÊA DO OURO PRETO.

ENFERMARIA.

Do 1.º de janeiro de 1861 em diante a Santa casa de misericórdia foi encarregada de fornecer a dieta e medicamentos aos presos recolhidos á enfermaria da cadêa desta capital, debaixo das mesmas condições, com que anteriormente o fizera o pharmaceutico Calisto José de Arieira, percebendo a diaria de 1200 réis de cada preso.

Entendi que era excessiva esta diaria, e não me enganei, porque tendo nesse sentido officiado ao doutor chefe de policia, vim á saber que havia pessoa que a fazia por menos. Mas querendo dar preferencia áquelle estabelecimento, officiei á respectiva mesa administrativa, e depois de mutuo accordo foi celebrado o contrato annexo sob n.º 4, ficando a diaria reduzida á 850 réis.

ESCRITURAÇÃO.

Tendo-me o doutor chefe de policia representado sobre a necessidade de uma pessoa que se encarregasse da escripturação dos livros da cadêa desta capital, resolvi em 29 de novembro ultimo, mandar pôr á sua disposição para esse fim o porteiro da extincta repartição de obras publicas Lourenço Corrêa de Mello, que estava addido á secretaria do governo, e cujos serviços serão ali mais aproveitados.

SUSTENTO DE PRESOS POBRES.

A 29 do mez de fevereiro findou-se o contrato celebrado pela repartição competente com o capitão Domingos de Magalhães Gomes para fornecimento do sustento aos presos pobres da capital, mediante a diaria de 208 réis de cada um.

Posto este serviço em hasta publica foi conferido ao mesmo capitão Domingos mediante a diaria de cento e cinquenta réis, realisando-se assim uma economia em favor do cofre provincial de sete contos de réis annualmente.

Até 9 de maio de 1863 as diarias marcadas para o sustento dos presos pobres recolhidos ás demais cadeas da provincia eram de 240, 320, 400 e 500 réis.

Naquelle data meu antecessor marcou a de 240 réis para todos os municipios, menos Ouro Preto.

Posteriormente, e á vista de representações que recebi e que me parecerão justas, tive de elevar á 320 réis para os municipios do Pará, Barbacena, Rio Preto e Santa Luzia; á 400 réis para Conceição, S. Paulo do Muriaé e Pomba, e á 500 rs. para o do Parahybuna.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

As municipalidades constam de sociedades particulares, que tem uma existencia propria, mas estão ligadas á somma individualidade politica do Estado.

As suas corporações tem uma personalidade politica, porque representam interes-

ses políticos e formão um ramo importante da publica administração, e tem uma pessoalidade jurídica, porque tem pretensões á defender e interesses á sustentar.

Actuando em trez espheras importantes, ás camaras municipaes recebem muitas vezes o impulso da administração provincial, á quem também incumbe o poder tutelar, no que toca especialmente a sua pessoalidade jurídica.

Pois bem: as camaras, como corporações, sendo proprias para a deliberação, não apresentam no seu movimento e acção unidade, força e presteza; de sorte que são auxiliares bem fracos da administração provincial.

Com isto não quero irrogar censuras, e sim unicamente fazer sentir que a administração, sempre que precisa do auxilio das camaras municipaes para o andamento, esclarecimento e execução de qualquer medida, encontra, não má vontade, mas difficuldades que vem da natureza das proprias corporações.

Devo alem disto observar, fallando das municipalidades desta provincia, que a mór parte d'ellas, como v. exc. sabe, não tendo bens nem rendas sufficientes para occorrer ás despesas, que nascem da sua constituição, vivem do expediente, e, o que ainda é peor, muitas dellas não satisfazem as incumbencias da lei do seu regimento, na qual forão lançados germens puros, que, se fossem fecundados, produsiriam beneficios immensos, já quanto á policia propriamente municipal, já em relação aos soccorros publicos, já pelo que respeita as vias de communicação, e outros assumptos do interesse peculiar da municipalidade.

Pelo quadro, que tenho a mercê de offorecer a v. exc., se mostra quaes as rendas de que podem dispor muitas das camaras municipaes da provincia, e se evidencia que ellas não estão habilitadas para acudir ás despozas á seu cargo por virtude do seu regimento.

D'aquí resulta que continuamente invôção o auxilio dos cofres da provincia, que em verdade não devem carrregar com despesas municipaes.

Entretanto não ha orçamento em que uma ou outra municipalidade não seja atendida com alguma quota para aquellas despesas; do que deve resultar a mingoa de recursos para os serviços provinciaes.

Animado destas idéas, e tendo muito em attenção a experiencia quotidiana, v. exc. comprehende perfeitamente, que, desejando fortalecer as actuaes municipalidades da provincia, eu devia ser contrário á medidas que tendessem á enfraquecel-as, ou acóroçoar outras que aggravassem o actual estado de cousas, que a nenhumas vistas pode escapar.

ASSUMPTOS DO DOMINIO DA ADMINISTRAÇÃO.

CULTO PUBLICO.

DIOCESE DA DIAMANTINA.

Cabe aquí communicar á v. exc. que a eleição do revm.^o D. João Antonio dos Santos para bispo da diocese da Diamantina foi confirmada pela bulla de Sua Santidade, que começa—*Apostolatus officium meritis licet*, e que, conjuntamente com os breves das faculdades e indulgencias, me foi remettida pelo ministerio do imperio com aviso de 22 de dezembro do anno passado.

Logo que recebi esse aviso enviei para a cidade Diamantina as letras apostolicas, e s. exc. revm.^a declarou-me por officio de 17 de janeiro que havia marcado o dia 2 de fevereiro para a sua posse, o que de feito teve lugar, ficando a sagração demorada para fins de abril, epocha em que o exm. e revm. sr. bispo de Marianná estaria n'aquella cidade.

Em consequencia expedi ordem ao coronel commandante superior da guarda nacional d'aquelle municipio para fazer reunir em grande parada todos os corpos de seu commando no dia desse acto, afim de serem feitas ao bispo confirmado ás honras que lhe são devidas.

IGREJAS MATRIZES.

Aquelle fervor religioso que nos tempos anteriores animava o povo, e com o qual tantos e tão sumptuosos templos forão erigidos, vae declinando.

Nossas matrizes de agora são todas ou quasi todas pobrissimas, e nem dispõem

de meios para conservarem aquella elegancia e solidez com que muitas d'ellas forão construidas.

A assembléa provincial vota annualmente pequenas quotas para concerto e reparos das matrizes. Seria melhor não faze-lo por este modo, porque essas pequenas quantias distribuidas por tantas igrejas não chegam muitas vezes para os preparativos da obra, de sorte que ficão quasi sempre inutilisados os trabalhos preparatorios, sem que ao menos ella seja começada; e no entanto reunidas formão avultada somma.

Assim, tanto por estas considerações, como pela penuria em que se acha o cofre provincial, poucas quotas votadas na lei do orçamento vigente mandei entregar, e essas mesmas somente quando reconheci que o seu emprego era de indispensavel necessidade.

Se eu tivesse recebido já todas as respostas que os reverendos vigarios devem enviar á presidencia em cumprimento da circular que lhes dirigi á 20 de dezembro ultimo, poderia detalhadamente informar á v. exc. do estado das matrizes:—das obras mais urgentes;—estado e rendimento das fabricas;—se possuem bens de raiz ou de outra qualquer natureza e seu valor; qual o numero de capellas filiaes &c. &c.: porem só agora começo á chegar semelhantes informações. A secretaria tem ordem para formar um quadro á vista de todas as informações, o qual será opportunamente apresentado á v. exc.

SEMINARIO EPISCOPAL DE MARIANNA.

No quadro n. 3 A. encontrará v. exc. a enumeração das sciencias que com esmero e desvello são ensinadas nos seminarios de Marianna e Caraça, e que formão a parte superior e inferior destes estabelecimentos ecclesiasticos; os nomes dos professores que leccionão as ditas sciencias, e o numero dos alumnos que frequentão as aulas, para que possão algum dia, criados desde meninos em santa doutrina, idoneamente servir a igreja com fé em seus dogmas, esperanza em suas promessas e caridade em suas acções.

Devido estes esclarecimentos á muita e reconhecida bondade do exm. e revm. sr. D. Antonio Ferreira Vioso, virtuoso Bispo de Marianna, aproveito o ensejo para render-lhe os meos mais cordiaes agradecimentos por tamanha honra e mercê, e para deixar á s. exc. a memoria viva do meu profundo reconhecimento.

SOCORROS PUBLICOS.

A pobreza e a desgraça dispartão sympathias em todos os homens, e tem direitos escriptos em todos os corações.

A caridade, vinculo de perfeição, como se exprime o Apostolo das Gentes, é essa inspiração espontanea de benevolencia que nos impelle á soccorrer os que soffrem. Em suas manifestações exteriores, ella reveste a fórma individual; mas a associação não pode ser extranha ao dever de beneficencia; não póde olhar com indifferença para aquelles de seus membros, que, acabrunhados pela indigencia, e perseguidos pelo infortunio, estendem a mão ao seu semelhante que passa, e esperão o auxilio e soccorro da beneficencia publica.

A beneficencia é por tanto um dever do individuo e do estado.

Tendo apparecido a epidemia das bexigas no districto do Paraopeba, municipio do Pomba, segundo participações officiaes, em 4 de dezembro passado dirigi-me ao dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães pedindo-lhe que para ali seguisse, afim de prestar os necessarios soccorros á classe desvalida, e autorizei-o a faser todas as despesas com medicamentos, e quaesquer outras que julgasse indispensaveis, apresentando depois a conta para ser paga, e ordenei á camara municipal e ao delegado de policia que lhe ministrassem todos os auxilios.

O digno dr. dirigio-se logo áquelle ponto, onde encontrou o prestante cidadão Caetano José Machado de Magalhães, que, incumbido pela camara municipal já ali se achava desempenhando os serviços proprios da sua arte.

Em virtude de recommendação da camara, este mesmo cidadão, o digno sub-delegado daquelle districto, e o reverendo João Severiano de Abreu e Silva, que por sua caridade evangelica muitos e bons serviços prestarão á humanidade afflicta nessa quadra

calamitosa, de commun accordo promoverão uma subscrição, que, para honra da philantropia dos habitantes, foi sufficiente para faser face as despesas, sem que se tornasse preciso dispendio algum dos cofres publicos.

A camara porem pedio uma gratificação para o cidadão Caetano José Machado de Magalhães em remuneração, por elle não solicitada, dos serviços que fez. Em despacho de 22 de janeiro ultimo ordenei ao dr. inspector da saude publica que interposesse o seu parecer sobre o *quantum*, que para esse fim deve ser arbitrado.

Respondendo á esta minha ordem foi o mesmo dr. de parecer—que o melhor meio de galarãoar taes serviços é, alem dos merecidos louvores, recommendal-os á Munificencia Imperial.

Neste sentido officiei em 15 de fevereiro ao exm. sr. ministro do imperio accrescentando que—considero taes serviços dignos de serem tomados na devida apreciação, visto serem da ordem d'aquelles de que trata o § 2.º do art. 9.º do decreto n. 2,853 de 7 de dezembro de 1861.

O dr. Antenor e a camara municipal em 12 do referido mez de dezembro participarão-me que haviam sido atacados das bexigas 120 individuos; dos quaes fallecerão 17 e 26 estavam em tratamento, cahindo posteriormente mais 12, que se achavão livres de perigo.

Depois desta noticia nenhuma outra me foi dada á tal respeito, o que me leva á crer que a epidemia está inteiramente extincta.

Em consequencia de officio do dr. chefe de policia datado de 12 do mesmo mez de dezembro, participando que na cidade do Parahybuna começava á desenvolver-se o mesmo flagello das bexigas tendo já feito tres victimas, ordenei á camara municipal respectiva que fornecesse os necessarios soccorros aos indigentes, ficando para isto autorizada á faser as despesas indispensaveis até a quantia de 500\$ rs., e igualmente ordenei ao delegado de policia que concorresse com todos os auxilios á seu alcance.

Dous vereadores da camara municipal da cidade do Ubá participarão-me em officio de 17 de dezembro estar grassando n'aquelle termo o mesmo mal, tendo já succumbido mais de 15 pessoas.

Igual participação me fiserão o delegado de policia e o juiz municipal do termo de Jaguary.

As mesmas ordens expedidas á camara do Parahybuna forão dadas ás municipalidades destes dous termos.

Posteriormente, em officio de 27 do mez passado representou-me a camara municipal da cidade do Ubá fasendo ver que as bexigas estavam extinctas, tendo sido ali mui curta a duração deste mal, porem que um outro, a gastro interites, com caracter choleriforme, já havia feito e continuava á faser numerosas victimas naquella freguesia, especialmente entre as crianças, das quaes rara era aquella que sendo affectada escapava da morte.

Procurando explicar as causas do flagello, a camara o attribue á intensidade do calor, que ali tom sido este anno maior do que nos anteriores, e consequente falta de chuvas que purifiquem o ar, e notava que nenhuma esperança nutria do seu breve desaparecimento, visto que ali a estação calmosa prolonga-se até o mez de março ou meiado de abril. A camara conclue o seu officio declarando que passava á tomar algumas medidas hygienicas no sentido de minorar os effeitos do flagello, e solicitando da presidencia aquellas que lhe parecessem acertadas.

Providenciando em seguida sobre tão importante assumpto, mandei pôr a disposição da camara a quantia de 200\$ réis, que deve ser ministrada pelos cofres provinciaes.

A 26 de janeiro ultimo officiou-me o inspector da thesouraria que não podia ordenar a despesa de 500\$ rs. com soccorros aos affectados das bexigas em Jaguary por falta do necessario credito. Em consequencia dirigi-me em 30 do mesmo mez ao ministerio do imperio para quê se dignasse de expedir suas ordens para ser aberto um credito daquella quantia com destino á esse fim.

Tendo recebido o aviso de 8 de fevereiro ultimo, em que s. exc. o sr. ministro do imperio abrio o credito por mim solicitado, ordenei á thesouraria de fazenda que pozesse aquella quantia á disposição da respectiva camara municipal.

Ultimamente foi-me presente um officio, em que o delegado de policia de Jaguary communica a extincção do mal, e accrescenta que só forão affectadas delle quatro pessoas, das quaes morrerão duas; que forão sufficientes os recursos proprios para o tratamento dessas pessoas, assim como que produzirão effeito as medidas hygienicas estabelecidas nas posturas municipaes e por elle postas em pratica.

A' vista de tal communicacão declarei á thesouraria, que, por em quanto, não era mister dar cumprimento á ordem relativa á entrega dos \$500\$ rs., e na mesma occasião louvei ao delegado de policia, Bento Gomes de Escobar, pelo zelo com que se houve.

A 17 de janeiro participou-me o dr. commissario vaccinator da provincia que um soldado do corpo policial, que achava-se recolhido á Santa Casa de Caridade desta capital, e soffria de gastrite, apresentara-se com bexigas. Em resposta immediata ordenei ao mesmo dr. que providenciasse de modo que o mal não se estendesse pela população. Sendo o doente conduzido para uma chacara fora da cidade, que ha pouco servio de lasareto em igual emergencia, conseguiu-se felizmente livrar os habitantes desse flagello.

HOSPITAES DE CARIDADE.

Os estabelecimentos de caridade que encontramos na provincia devem, em grande parte a sua existencia á caridade individual.

Os nomes do Conde de Bobodella, de Antonio de Abreu Guimarães, do Barão de Santa Luzia, de Antonio José Ferreira Armond, do Monsenhor José Felicissimo do Nascimento, do Barão da Diamantina e do da Ibertoga, serão sempre respeitados, por que á elles deve a humanidade a origem e existencia dos hospitaes do Ourô Preto, de Sabará, de S. João de Deos (em Santa Luzia), de Barbacena, da Itabira, do Serro e do Parahybuna.

Com isto v. exc. mui bem sabe que não quero deixar em olvido outros estabelecimentos que tem o mesmo fim, como os hospitaes de S. João d'El-Rei, o mais bem montado da provincia, da Campanha, de Paracatú, Pouso Alegre, Baependy, Tres Pontas, Pitangui, Rio Preto, e muito menos o hospital das irmãs de caridade da cidade Marianna, que tem origem nas esmoladas com simplicidade christã pelos fieis. Sem dispôr de bens nem rendas, mantem-se este hospital com o favor de Deos e pelos cuidados dessas mulheres, que tendo entranhas de misericordia fazem o bem na presença de Deos e diante dos homens.

Cabe aqui communica á v. exc. que o capitão Antonio Demetrio Gonçalves Corrêa participou-me haver lançado os fundamentos de uma casa de caridade na cidade de Uberaba, auxiliado com as esmoladas que de ha muito tempo agencia.

Tenho boas razões para acreditar que os esforços desse prestimoso cidadão não serão perdidos.

Reconhecendo eu que parte dos estabelecimentos de caridade deve estar á cargo dos moradores dos municipios, segundo o espirito da lei do 1.º de outubro de 1828 e da lei provincial n. 148 de 6 de abril de 1839, entendi-me com as camaras dos municipios, que não possuem esses estabelecimentos, e roguei-lhes que os promovessem, como um dos seus primeiros cuidados.

Conho muito que ellas tomarão á peito satisfazer este empenho, em quanto eu me disponha á preparar um edificio que pudesse servir de asilo aos alienados.

Para isto tinha lançado minhas vistas sobre a antiga casa de polvora, que, com quanto arruinada, offerece algumas proporções para o fim, recebendo os reparos necessarios.

Com effeito essa antiga casa, que no meu entender está em outras condições, que não a actual casa da polvora, acha-se fora da cidade, em lugar alto e sadio, e isolada; de maneira que pode servir para um pequeno hospicio de alienados, attendendo-se á que elles não abundam na provincia, segundo as informações officiaes que tenho.

Se v. exc. vir que não vou errado, levará á effeito tão util instituicão que

dêve pesar sobre os cofres da provincia, assim como sobre os das municipalidades deve pesar parte das despesas com hospitaes e criação de expostos.

Devo aqui dizer á v. exc. que o dr. chefe de policia communicou-me em officio de 4 de fevereiro deste anno que, na manhã do dia 1.º do mesmo mez, o dr. Lucas Antonio Monteiro de Castro veio á conhecer que havia sido lançado o cadaver de uma menina no quintal da casa de sua residencia sita á rua do Rosario desta capital.

O facto só por si contristou-me não pouco; mas sendo informado que os medicos chamados para o exame, reconhecerão, depois da autopsia, que a menina nascera viva, e que a sua morte não fôra natural, constrangio-se-me o coração á vista de tão monstruosa malvadeza.

Refiro o facto para que se tomem medidas tendentes á evitarem-se occurrencias desta ordem, que procedem de causas que o mundo muitas vezes tolera.

Se se cumprisse o art. 69 da lei do 1.º de outubro de 1828, estou convencido que se terião evitado nesta capital este, e outros factos semelhantes de que tenho noticia.

INSTRUÇÃO PUBLICA.

Sob esta epigraphie tratarei tanto da instrucção instituida pelo poder publico, mantida ou subvencionada á expensas suas, e por elle inspecionada, como d'aquelle que inteira ou parcialmente corre por conta dos particulares, e que sendo considerada como simples exercicio de uma industria, só exige d'aquelle poder uma intervenção tendente á evitar os mais graves abusos.

Não admittindo porem o trabalho que apresento á v. exc. todo o desenvolvimento de que é susceptivel materia tão momentosa, limitar-me-hei as mais succintas apreciações sobre uma e outra especie de ensino.

O ensino publico, considerado em sua materia, divide-se em—primario e secundario—comprehendendo aquelle, aliás constante de um só gráo, as seguintes materias:

Leitura,

Escripta;

Doutrina christã, noções dos deveres moraes e de civilidade,

Conhecimentos das quatro operações fundamentaes da arithmetica, dos pesos e medidas, e valores das moedas do paiz.

O SECUNDARIO comprehende as seguintes:

Latim,

Francez,

Inglez,

Philosophia,

Rhetorica,

Mathematicas elementares,

Geographia e

Historia.

Em virtude da lei n.º 1.064 cabe á cada parochia uma cadeira primaria que deve ser frequentada ao menos por 24 alumnos, sob pena de ser supprimida, quando em ponto ou povoação alguma da mesma parochia se verifique não ter podido obter esta frequencia.

Os habitantes de um curato ou districto, em que tambem pode ser creada uma d'aquellas cadeiras, são obrigados á prestar casa propria para os respectivos trabalhos.

Nas colonias estrangeiras podem ser estabelecidas semelhantes cadeiras, sendo que os professores que as regerem não serão obrigados á ensinar doutrina christã aos colonos que não forem catholicos.

A cada villa ou cidade cabe uma cadeira primaria concernente ao sexo feminino, em que alem das materias já mencionadas, dever-se-hão ensinar—trabalhos de agulha—e noções de economia.

Achão-se creadas 389 cadeiras primarias, das quaes estão providas 335 e vagas 54.

Na deficiencia de dados officiaes, não poderei precisar o numero dos alumnos, que durante o anno proximo passado frequentarão as sobreditas cadeiras, porque ainda não foram recebidos todos os mappas de que trata o art. 3.º do regulamento n. 49.

A distribuição do ensino secundario é regulada pelo art. 36 da citada lei, que estabelece somente uma cadeira de latim e francez para cada villa ou cidade mais populosa de cada comarca, ou que esteja distante mais de vinte legoas de outras cadeiras identicas, e para cada um dos collegios particulares, que offereçam estabilidade e frequencia de mais de vinte alumnos.

Achão-se creadas 61 cadeiras de instrucção secundaria, e todas providas, á excepção da de latim e francez da cidade do Parahybuna.

Dos professores de instrucção primaria de 16 de outubro até hoje declarei vitalicio 1; aposentei 1, suspendi 4, e demitti 6, sendo 1 á pedido: as razões que tive para assim proceder constão dos actos respectivos.

No mesmo periodo nomeei 31 professores de instrucção primaria e 1 de instrucção secundaria.

Os professores publicos de cadeiras primarias concernentes ao sexo feminino e ao masculino em villas e cidades percebem o vencimento annual de 600\$000, cabendo aos demais a annuidade de 500\$000.

Estes vencimentos lhes são pagos mensalmente, e podem effectuar-se pelas collectorias.

A' estes vencimentos fixos accresce uma gratificação que á título de aluguel de casas lhes é arbitrada pelo governo; e varia com as localidades.

A lei n.º 1:064 fixou em 800\$000 o vencimento annual de cada professor de instrucção secundaria.

Com referencia ás aulas que subsistirão ou restarão da extincção do lyceu mineiro, os lentes que ahi leccionão duas materias percebem o ordenado de 1:200\$000.

Em conformidade com esta base tem a assembléa provincial creado algumas cadeiras de latim e francez, á cujos professores abonou este ultimo vencimento.

A proposito das aulas reunidas no edificio do extincto lyceu, cumpre aqui informar á v. exc. do movimento que ultimamente ahi teve lugar.

O meu antecessor, entendendo que a prestação do ensino nas sobreditas aulas exigia uma inspecção mais directa e immediata, do que aquella que poderia ser exercida pela inspectoría municipal, encarregou d'ella por portaria de 4 de maio de 1863 ao cidadão Rodrigo José Ferreira Bretas, ex-agente geral da instrucção publica, á quem abonou a gratificação de 1:000\$000, com o onus do ensino das mathematicas elementares. Tendo porem vagado ultimamente o cargo de inspector municipal deste termo, á pedido do que o servia, julguei conveniente ao serviço reunir ao mesmo funcionario uma e outra inspecção, o que effectivamente teve lugar em data de 9 de janeiro ultimo. Tendo outrosim reconhecido a necessidade do ensino especial da grammatica da lingua nacional, cujo conhecimento se exige nos candidatos á varios empregos publicos, substitui o onus que ao referido funcionario impuzera a citada portaria pelo ensino d'aquella materia, provendo a cadeira de mathematicas na pessoa de Ovidio João Paulo de Andrade.

Das reconhecidas habilitações de um e de outro, e do seu bem provado zelo pelos interesses da instrucção, cumpre aguardar a consecução dos fins que tivemos em vista.

A inspecção do ensino publico, e mesmo do particular é feita por intermedio de inspectores municipaes e parochiaes.

O governo não tem ainda podido marcar áquelles a gratificação de que trata o art. 29 da lei n.º 1:064.

Estes funcionarios geralmente fallando tem cumprido os seus deveres.

Tratando de instrucção publica, vem á proposito dizer mais alguma coisa relativamente aos collegios de Marianna, Caraça e Congonhas do Campo.

A excepção do segundo, que deixou de ser subvencionado por não querer receber os alumnos pobres, que em virtude da lei o governo lhe designara, os dous outros

tem recebido varios alumnos d'aquella ordem, e sem prejuizo da subvenção que lhes fôra concedida.

Logo que o cidadão. Rodrigo José Ferreira Bretas deixou a direcção do collegio de Congonhas, e antes da actual directoria, que é representada por sacerdotes contratados em Portugal, exigio este governo desse mesmo ex-director expressasse seu parecer sobre os meios mais efficazes de fiscalisação relativa ao emprego dos não pequenos recursos de que dispunha a irmandade do Senhor Bom Jesus, fundadora do referido collegio.

O ex-director indicou (pelo respectivo juizo de capellas) a prestação annual de um quadro demonstrativo da receita e despesa do collegio.

Nenhuma medida, porem, tenho tomado por enquanto, em ordem á alterar o *statu quo* desse estabelecimento; parece-me entretanto dever-se bem pensar se, á vista do pequeno numero de alumnos que o frequenta, e dos renditos da irmandade e productos da contribuição dos alumnos, que por si só parece deverem garantir a sua continuação e manutença, convirá ainda que se lhe continue a subvenção annual de 4:000\$000.

Pela minha parte digo á v. exc. que não tenho até agora deferido aos pedidos feitos pela directoria, por estar persuadido que não devo, com sacrificio dos servidores da provincia, o dos melhoramentos materiaes constantemente reclamados, subvencionar um estabelecimento que para manter-se não precisa de auxilio immediato e prompto dos cofres provinciaes.

V. exc., porem, resolverá o que fór melhor.

Seja-me licito agora manifestar á v. exc. o meu juizo sobre o estado actual da instrucção publica da provincia, bem que já o tenha feito no relatorio, que apresentei á assemblea provincial na sua proxima passada sessão.

Ahi propuz o restabelecimento da directoria geral de instrucção publica, a restauração do lyceu mineiro, cujos lentes deverão compôr um conselho, á quem a presidencia consultasse sobre os assumptos concernentes á tão importante ramo de serviço; e finalmente a criação de uma escola normal, tendo em vista a formatura especial do professorato primario; e bem que não me fossem concedidas as autorisações que pedi para realizar as indicadas reformas, não presisto menos na profunda convicção de sua necessidade.

Não é por certo lisongeiro o estado da instrucção publica nesta provincia, quer se attenda á legislação que a regula, quer ao programma de estudos e ao pessoal do ensino principalmente do primario.

Alem de ser defectivo o plano de estudos primarios, não se facilitão os meios de obter-se um pessoal idoneo para sua execução.

Sente-se bem que um professor primario deva conhecer a grammatica da lingua nacional, ter boas noções sobre a moral e o culto catholico, mas onde poderião elles habilitar-se especialmente sobre estas materias?

Entre aquelles á quem bastarão somente leves noções primarias, e os que se destinão á altas funções sociaes, existe sem duvida uma classe que aspira ao exercicio de alguma especialidade industrial, ou profissão de uma certa importancia; mas onde ella irá adquirir os conhecimentos que lhe são precisos?

Em uma provincia que encerra tantos germens de riqueza, e tantas materias primas, é notavel que o plano de estudos não tenda á utilisal-os de um modo especial nas diversas industrias, que poderião fomentar!

Do actual systema de instrucção, que não prevê de um modo conveniente sobre o futuro da sociedade, que a habilita insufficientemente para o exercicio da industria, e só cura de preparar a mocidade para a frequencia dos cursos de direito ou de medicina (á que aliás só mui poucos podem chegar) o que pode resultar gerarem-se em um grande numero de jovens aspirações que não poderão ser satisfeitas, e, o que é mais lamentavel, em detrimento do progresso industrial, e alguma vez mesmo dos interesses da paz.

E sem duvida deste modo que se accreção uma certa mania que se tem denominado—empregocacia—e vai infelizmente em progresso.

Parece-me pois que já é tempo de completar o ensino primario, e ampliar a sua distribuição, circunscrevendo e centralizando simultaneamente o ensino, que se tem denominado—secundario.

O restabelecimento da directoria geral da instrucção publica é, no meu entender uma necessidade, cuja satisfação me parece não dever ser demorada.

Em uma provincia tão populosa, como esta, é impossivel que um administrador possa ter vagar para tantos e tão miudos detalhes, como são os de que se compõe a gerencia de semelhante ramo de serviço, quando tantos outros assumptos e occurrencias occupão de continuo a sua attenção.

A' par destas medidas e como indispensavel complemento da reforma da instrucção publica, parece-me que se deveria melhorar a sorte do professor publico, maxime pelo que respeita á seus vencimentos, que actualmente não revelão o apreço em que se tem ou deve-se ter o magisterio sendo admiravel que alguém, ainda mediocremente habilitado se lembre de exercel-o.

Refiro-me especialmente aos lentes da instrucção secundaria, á quem talvez se podesse ter sido mais favoravel, ainda mesmo nas condições em que se tem achado a centralisação deste ensino.

Não proseguirei no desenvolvimento desta materia não só por não m'o permittirem os acanhados limites de um simples artigo, como porque a reconhecida illustração de v. exc. supprirá as lacunas que forem notadas nas apreciações que á seu respeito tenho aventurado.

COLLEGIO DAS IRMANS DE CARIDADE.

O art. 17 da lei provincial n. 1,104 de 16 de outubro de 1861 manda auxiliar annualmente com a quantia de 6:000\$ rs. o estabelecimento das irmãs de caridade na cidade Marianna para o fim especial de serem ali recebidas 40 orfãs pobres da provincia designadas pelo governo.

Durante a minha administração mandei para ali tres: o numero das admittidas por conta da provincia, contadas as que o forão em tempos anteriores sobe hoje á 14.

No quadro n. 3 A. acha v. exc. o n.º das educandas que frequentão os collegios de pensionistas e de orfãs pobres, com designação das materias que em cada um delles são ensinadas pelas irmãs de caridade.

FORÇA PUBLICA.

GUARDA NACIONAL.

A guarda nacional, exceptuados os corpos dos municipios de S. Romão, Tres Pontas, Rio Pardo, Januaria e Grão Mogol, que formão 5 batalhões avulsos, está dividida em 25 commandos superiores compostos dos seguintes corpos de differentes armas:

Cavallaria—tres corpos, 17 esquadrões avulsos e uma companhia avulsa.

Artilharia—uma companhia avulsa.

Infantaria do serviço activo—90 batalhões, inclusive a d'aquelles municipios, e uma secção de batalhão em Philadelphia, sujeita ao commando superior de Minas Novas.

Dita da reserva—14 batalhões, 27 secções de batalhão, 9 companhias avulsas e tres secções de dita.

A guarda nacional do municipio de Montes Claros ainda não está organizada de conformidade com a lei de 19 de setembro de 1850, por falta de dados preliminares, que por muitas vezes tem esta presidencia exigido, como se vê de seus diversos relatorios. Mas tendo-os obtido depois de muitas instancias e feito a competente proposta de organização, acredito que a v. exc. tocará completar o serviço que comecei.

Posteriormente ao relatorio que apresentei á assembléa legislativa provincial na abertura de sua sessão ordinaria, que teve lugar á 16 de outubro do anno passado, poucas alterações tem soffrido a guarda nacional, e estas mesmas limitadas á sua officialidade, por quanto, existindo diversos corpos sem ella, tenho tido o cuidado de realisar as nomeações, apenas me são apresentadas as respectivas propostas.

Havendo o tenente coronel José Basilio da Gama Villas Boas, commandante do 2.º batalhão do serviço activo da guarda nacional deste municipio obtido a guia de que trata o art. 45 do decreto n. 1,130, por ter fixado sua residencia no do Parahybuna, foi nomeado por decreto de 14 de dezembro ultimo para substituil-o o cidadão Francisco Teixeira Amaral.

Por portarias imperiaes de 8 e 25 de janeiro ultimo forão privados dos respectivos postos

na forma dos §§ 1.º e 2.º do art. 65 da lei n. 602 de 19 de setembro de 1850 os cidadãos Jacob Henrique Pereira e Marcos José Ribeiro, aquelle de major ajudante d'ordens do commando superior dos municipios de Queluz e Bom Fim, e este de capitão quartel mestre do de Caldas.

Por decreto de 10 de novembro ultimo foi suspenso do exercicio por tempo indeterminado o tenente coronel commandante do 34.º batalhão do serviço activo do commando superior da guarda nacional dos municipios de Tamanduá, Formiga e Piumhy, José Affonso Lamonier Godofredo, como me foi communicado em aviso de 12 do mesmo mez.

A falta de força do corpo de guarnição e do policial cada vez se torna mais sensível e por isso tenho lançado mão em casos urgentes da guarda nacional, chamando á serviço de destacamento em diversos municipios 143 praças, á saber:

Ouro Preto, inclusive dous officiaes.	79
Campanha	17
Januaria	7
Sabarã	7
Santa Luzia.	7
S. Romão	13
Passos	13

Total. 143

Estes destacamentos são pagos pelos cofres provinciaes.

Continúa a guarda nacional á resentir-se da falta de armamento, correame etc., e por mais de uma vez tem a presidencia representado ao governo imperial, porem até o presente nenhuma resolução foi tomada á este respeito, sendo aquella falta a principal causa de se achar a guarda nacional desta provincia em quasi sua totalidade desfardada.

CORPO DE GUARNIÇÃO.

O zeloso commandante deste corpo, coronel José Antonio da Fonseca Galvão, estando ausente com licença para tratar de saúde fóra da provincia, foi nomeado pelo governo imperial para exercer o posto de commandante superior da guarda nacional da capital da de S. Paulo, e por isso commanda-o interinamente o major José Martini, que sendo transferido do meio batalhão do Piahy para este por decreto de 5 de agosto do anno passado se apresentou á esta presidencia á 22 de dezembro do mesmo anno.

O estado completo do corpo é de 502 praças.

Effectivo 239 »

Faltão. 263 »

Do estado effectivo estão destacadas em diferentes pontos da provincia 3 officiaes, 81 praças e 2 cornetas.

O edificio que serve de aquartelamento á este corpo, posto que fosse ha pouco reparado em não pequena parte, acha-se todavia bastante deteriorado, e por isso necessitado de alguns ligeiros concertos, (especialmente o xadrez) que vão sendo feitos pelos forçados á galés sob a direcção do almoxarife provincia!, sem outros recursos nem despesa da fazenda, graças ao interesse que por este melhoramento tem mostrado o referido major José Martini.

Acha-se preso afim de ser processado e punido na forma das leis o tenente João Pinto Homem, que, tendo sido nomeado em o anno de 1862 pela mesa das rendas provinciaes para vedar o extravio de bestas novas, consumira dinheiros que recebera, pertencentes á provincia.

COMPANHIA DE CAVALLARIA.

Seu estado completo é de 75 praças: effectivo 45; faltão 32.

Tendo sido promovido a major o capitão José Maria de Siqueira Cezar foi transferido do 1.º regimento de cavallaria ligeira para a referida companhia o capitão João Candido Goulart, que se apresentou á esta presidencia á 26 de janeiro ultimo, assumindo no dia immediato o commando.

Tem esta companhia 52 cavallos e 7 muares, faltando para o estado completo 32 cavallos. Destes se achão em diferentes destinos 10 cavallos e 3 muares.

Acha-se aquartelada em um proprio provincial, mediante o aluguel de 30\$000 mensaes, que é pago pelo cofre geral.

Posto que tenha as precisas accommodações para o pessoal é material da mesma companhia, todavia necessita de alguns reparos, e de uma prisão para as respectivas praças.

Não tratei de mandar fazel-os porque só agora vae melhorando o estado dos cofres provinciaes.

RECRUTAMENTO.

O aviso de 16 de janeiro expedido pelo ministerio da guerra distribuiu á esta provincia o numero de 73 recrutas que ella deve fornecer para o exercito. Em consequencia fiz a distribuição pelos municípios, e tenho dado todas as ordens para activar o recrutamento.

CORPO POLICIAL.

Segundo o disposto no art. 1.º da lei n. 1:146 de 3 de outubro de 1862 o estado completo do corpo policial é de 728 praças; effectivo, inclusive 49 menores, 478; faltão 250, nas quaes devem incluir-se as vagas de 4 alferes, cujas promoções não fiz por entender desnecessarios, sendo tres pela restauração de dous alferes em cada companhia, e um pela demissão dada á Antonio Pio Carlos por portaria de 9 de janeiro ultimo, e na conformidade do art. 175 do regulamento n.º 50 de 26 de setembro de 1861, por haver, na qualidade do encarregado da recebedoria do Itajubá, extraviado os dinheiros publicos.

Pelo mesmo motivo determinei tambem que fosse expulso do referido corpo o 2.º sargento Augusto dos Reis Teixeira, sendo ambos postos á disposição da autoridade competente, afim de serem processados e punidos na fórma das leis.

A cavallhada, que se compõe de 179 animaes, sendo 76 cavallos e 103 muares, precisa de alguma remonta.

Do mappa junto sob n. 5 consta o armamento, correame e equipamento, que possui o corpo policial; inclusive os objectos comprados no arsenal de guerra da Corte, para duas das quatro companhias de infantaria, e para a de cavallaria.

O edificio que serve de aquartelamento necessita de alguns reparos, e o telhado de reconstrução.

A' respeito desta já existem dous orçamentos feitos um pelos carpinteiros José Pinto de Sousa Junior e Martinho Cesario na importancia de 3:061\$000, e outro pelo engenheiro H. Gerber com o respectivo plano na de 4:600\$000.

Depois de ouvir a mesa das rendas, mandei pôr a obra em hasta publica, na conformidade deste ultimo, marcando a arrematação para o dia 8 de abril.

A construção da nova cavallharica, encarregada pelo meu antecessor ao almoxarife provincial, teve começo em janeiro do anno passado e ainda está por concluir-se, tendo-se já despendido até o dia 26 de janeiro do corrente anno a quantia de 4:432\$275.

O commandante do corpo policial é já assaz conhecido de v. exc. por tanto seus habitos de disciplina o tornão digno de elogio pela pontualidade com que cumpre as ordens que lhe são expedidas pela presidencia.

OBRAS PUBLICAS.

Este assumpto da administração nos offerece principalmente: 1.º as vias ferreas, cujo destino é unir os grandes centros de produção e consumo; 2.º as estradas ordinarias qualquer que seja a sua especie: sua missão é penetrar as partes mais remotas do territorio, e servir para as relações de todos os instantes; 3.º os trabalhos publicos agricolas, que não tendo por fim facilitar a circulação das riquezas creadas, occupão lugar importante neste ramo da administração, pois que a agricultura tem, sem questão, direito aos esforços e protecção do estado; 4.º finalmente a navegação dos rios.

Neste ramo da administração, v. exc. comprehende perfeitamente que não basta a força para dar o movimento; é indispensavel ainda a intelligencia, porque todo o trabalho—exercício da actividade humana—suppõe o corpo e o espirito.

CORPO DE ENGENHEIROS.

E' verdade que a provincia dispõe de um pessoal scientifico para este genero de trabalhos, mas defeituoso, não sendo o menor dos seus defeitos a sensivel desharmonia que existe entre o numero dos seus membros e a extensão do territorio provincial.

Este pessoal não tem unidade de vistas por que não teve organização. Falta a organização porque, seja dito de passagem, os legisladores da provincia, no seu zelo pela economia, não tem sido animados pela consideração de melhorar o que está feito.

Na verdade as bases estabelecidas na lei provincial n. 18 do 1.º de abril de 1835 se fossem fielmente executadas e desenvolvidas convenientemente, visto que ella continha alguma cousa de doutrinal que não está á par da sciencia, persuado-me de que, principalmente um dos ramos dos trabalhos publicos—as estradas—estariam em melhor pó do que presentemente se observa.

O pessoal de que ora dispõe a administração é pequeno, como disse, e compõe-se dos

engenheiros H. Gerber e Francisco Eduardo de Paula Aroeira, e do conductor de trabalhos Frederico Guilherme Meyer, tendo sido exonerado o engenheiro Modesto de Faria Bello, que pediu a sua demissão em officio de 29 de setembro do anno passado, e dispensado H. Gerber á partir do 1.º de maio proximo futuro.

Com o pessoal que fica não é possível acudir ás reclamações do serviço publico. Mas considerando o estado pouco lisonjeiro das finanças da provincia, entendi conveniente deixar as cousas no pé em que estão, mesmo porque esperava que ellas melhorassem para emprender algumas obras que são reclamadas pelo commercio da provincia, o qual muito padece com a falta de boas vias de comunicação.

Devo, porem, dizer á v. exc. que não pretendia seguir os precedentes que achei á respeito de todos os ramos dos trabalhos publicos, porque a primeira condição é o estudo completo desses trabalhos, sem o que, acontece o que vemos nesta provincia onde encontrão-se alguns serviços, que hoje ou amanhã devem ser abandonados, ficando a provincia sobre carregada com a despesa em pura perda. Em segundo lugar havia de attender muito ao modo da execução para evitar as fundadas observações que o publico faz á respeito de algumas obras que contão dias de existencia e já reclamão grossas reparações que devem ser realisadas pela administração, embora com sacrificio dos cofres publicos, porque de outra sorte resultaria pagar o contribuinte fortes taxas, e soffrer os incommodos, perigos e prejuizos, que vem dessas vias de comunicação em que o interesse individual ficou repleto, sem que o publico possa dizer que a obra corresponde aos sacrificios, que pesão sobre a provincia, cuja renda carrega com encargos, que por seu peso, devem demorar muito o movimento dos seus melhoramentos materiaes.

Feitas estas observações geraes, e visto que não correm, nem devem correr, no meu fraco entender, por conta da administração provincial, as vias ferreas, vou expôr á v. exc. o que, na ordem das obras publicas, se ha feito depois do relatorio que tive occasião de apresentar á assembléa legislativa provincial.

ESTRADAS.

Estrada do Bom Jardim.—Em cumprimento da lei n. 1:167 de 8 de outubro de 1862, e á requerimento de D. Ignacia Maria da Silva Pereira, viuva do finado Manoel da Silva Pereira Junior, nomeei a commissão, que segundo a mesma lei, devia, examinando esta estrada, declarar o seu valor e estado, bem como a conveniencia de ser ella franqueada ao transitto publico.

Esta commissão composta dos engenheiros Gerber e Aroeira e dos cidadãos vigario Martiniano Teixeira Guedes, José de Sousa e Silva e Antonio José Gomes, deu seu parecer em 22 de dezembro do anno findo declarando—que a estrada acha-se aberta em uma extensão de 18:500 braças, com a largura de 16 palmos; que só em poucos lanchos a sua declividade excede á 5 por cento; que tem varias obras d'arte de importancia; que apesar de não ter o seu alinhamento a perfeição de uma estrada de rodagem, é a mais propria para ligar os valles dos rios Grande e Preto entre si, e com o do Parahyba; que seu estado é geralmente bom e finalmente que o seu valor é de rs. 55:094\$600, aos quaes se devia addicionar 5:000\$000 reis, como indemnisação pelos estudos e trabalhos preliminares.

A camara do Rio Preto, a quem ouvi, declara em officio de 23 de janeiro ultimo:

- 1.º Que contendo a estrada consideraveis atterros e cavas, seriam precisos mais de 60:000\$ contos de reis para sua abertura, e que essa quantia não representa por certo o seu custo real;
- 2.º Que é facil á sua conservação no estado em que presentemente se acha;
- 3.º Que, depois de alguns melhoramentos, pode prestar-se á rodagem;
- 4.º Que é de conveniencia publica e preferivel á estrada velha, e á que foi ultimamente aberta pela familia—Fortes—, que, alem de outros defeitos, tem mais 3 legoas de extensão;
- 5.º Que estas vantagens fizerão com que alguns engenheiros a reputassem como o melhor trago do futuro caminho de ferro do Sul de Minas;
- 6.º Finalmente, que antes do fallecimento do empresario, e de ter-se mandado contratar a conservação, já ella estava franqueada ao transitto publico.

São estas as informações que obtive e que devem ser levadas ao conhecimento da assembléa provincial, em cumprimento da ultima parte da lei n.º 1167 já citada.

Se em minhas mãos estivesse concluir este negocio, certifico á v. exc. que o teria feito por amor da justiça, e de uma familia que vê todos os dias o producto dos esforços e fortuna de seu chefe utilisado pelo publico, em quanto ella procura haver como que um favor da administração provincial.

Estrada do Passa-Vinte.—Esta estrada, que custou á provincia e ao Estado tantos sacrificios, e que tantas vantagens promettia, permanece quasi inutil ao transitto publico; por quanto, luctando os viandantes com grandes difficuldades na provincia do Rio até ganharem a estrada do Presidente Pedreira, especialmente do lugar denominado—Carrapato—até a margem direita do Rio Parahyba, evitão por isso utilizar-se da parte feita na provincia de Minas, que não compensa os obstaculos, que alli encontram.

Por diversas vezes tem a presidencia desta provincia se dirigido á do Rio pedindo providencias para o melhoramento do transito n'aquelles lugares. Em officio de 7 de março de 1862 declarou ella a desta provincia que tratava dos estudos necessarios, e que, apenas concluidos, mandaria construir a dita estrada, que estaria prompta até o fim d'aquelle anno.

Não tendo havido solução alguma e continuando as mesmas difficuldades, em 20 de novembro do anno passado reiterei o pedido ao exm. presidente d'aquella provincia, e s. exc. respondendo em 11 de dezembro seguinte declarou-me que seu antecessor em officio de 24 de janeiro dirigido ao exm. sr. ministro de agricultura, tratando minuciosamente dos estudos, que se fizeram para se conhecer o melhor traço e a importancia da obra, ponderára á s. exc. que a considera geral, solicitando um auxilio dos cofres do estado para leval-a á effeito, visto que as rendas provinciaes não supportavam grande onus, promettendo levar ao conhecimento do mesmo exm. sr. ministro o meu officio e dar-me opportunamente conta do resultado.

Estrada do Picú.—Inteirado por diversas informações do máo estado em que se achava esta importante via de comunicação, fiz para alli seguir o engenheiro H. Gerber com ordem de orçar os respectivos concertos e conservação por trez annos. Effectivamente organisou elle o orçamento, levando a despeza dos concertos á 18:200\$000 reis, e a conservação annua á 4:202\$000 reis, o que suppõe a despeza total de 30:806\$000 rs., em vista da qual fez dous contractos, um com o commendador Custodio José Pinto Dias e Pedro Gomes Nogueira Cobra, para se encarregarem cada um de uma parte da estrada, e outro com João Francisco de Carvalho, que se propoz á fazer toda a obra por 17:000\$000 reis, e a conservação por trez annos mediante a quantia de 11:100\$, o que suppõe a despeza total de 28:100\$000.

Trasendo os contractos celebrados com o commendador Custodio e Pedro Gomes a despeza de 30:325\$000 reis, preferi o de João Francisco, e, depois de convenientemente approved, enviei-o á thesouraria alim de que seja paga a sua importancia pela quota destinada pelo governo imperial para obras geraes e auxilio ás provinciaes: a deliberação relativa ao pagamento foi approvada por aviso de 20 do corrente.

Estrada que da estação da Serraria se dirige á cidade do Mar de Hespanha.—As obras desta estrada continuam á cargo do director presidente da companhia União e Industria, sendo pagas as despesas pela provincia por uma consignação mensal de 700\$ rs.

Já está aberta em uma extensão de trez legoas até a fazenda do cidadão Joaquim Carneiro de Mendonça, faltando somente a parte que tem de atravessar o cafezal do fazendeiro Antonio Antunes, por haver este opposto obstaculos, exigindo uma indemnisação pelos prejuizos, que diz ter de soffrer.

Esta falta porem está de certo modo remediada com um caminho aberto pelo mesmo fazendeiro e que dá soffrivel transito. D'ahi por diante vae a estrada ser aberta por em quanto com menos largura, affin de que o publico possa utilisar-se d'ella desde já, seguindo a picada das explorações feitas pelo engenheiro Gerber até as proximidades da cidade do Mar d'Hespanha.

Estrada de Barbacena á S. João de El-Rey.—Em data de 11 de fevereiro ultimo apresentou-me o geometra Frederico Guilherme Meyer a planta e orçamento desta estrada, sendo calculada a despeza em 131:092\$500 reis, mas referindo-se unicamente á parte comprehendida entre S. João d'El-Rey e a rua do Rosario na cidade de Barbacena com a largura de 20 palmos e na extensão de 28:132 braças correntes ou 9 legoas e 1/3.

Em vista destes trabalhos dignar-se-ha v. exc. de tomar a deliberação que julgar acertada á respeito da realisação deste importante melhoramento.

Estrada do Pissarrão.—A camara municipal do Rio Preto, em officio de 30 de dezembro do anno passado, expoz-me a necessidade de reparar-se esta estrada que liga a cidade do S. João d'El-Rey áquella villa. Esta estrada, porem, tendo máo alinhamento e seguindo por terrenos improprios é considerada inconservavel, e os profissiaes aconselhão o seu abandono.

Havendo a estrada do Bom Jardim, que segue parallela á do Pissarrão, e sendo provavel que ella venha á pertencer á provincia, julguei conveniente não attender a exigencia da referida camara, tanto mais quanto é certo que a estrada do Pissarrão, se para alguma cousa servir será para a comunicação com os districtos da Ibertioga, Ibitipoca &c.; mas então o seu caracter será municipal e ficará a cargo da camara.

Estrada da ponte do Muinho dos Quatiz.—Mandeí entregar á camara municipal do Grão Mogol a quantia de 1:000\$000 reis votada na lei n.º 1:145 para os reparos desta estrada, ficando ella na obrigação de prestar contas do emprego que der a essa quantia.

Concertos da estrada entre o arraial de S. Sebastião e a ponte do Gama.—Contractados com o cidadão Antonio Raymundo de Souza Mendes pela quantia de 2:250\$000 rs., que será paga depois de concluidas as obras.

Representando-me o arrematante que no orçamento dos concertos da ponte não se incluíra

a quantia necessaria para pranchões e ferragem, resolvi, depois de ouvir o engenheiro Gerber, augmentar aquelle orçamento com mais 150\$ reis.

*Concertos da estrada de S. Sebastião no municipio de Paracatú, e na Serra dos Pi-
lões.*—Em 16 de novembro proximo passado encarreguei ao coronel João Chrisostomo Pinto da
Fonseca Junior de realizar estas obras, mandando entregar-lhe a quantia de 500\$000 por conta do
credito votado para esse fim na lei n. 1:145, com a obrigação de prestar contas opportunamente.

Depois, em vista de representação do mesmo coronel commetti este encargo a uma commis-
são de que tambem fazem parte o reverendo vigario Miguel Archanho Torres e o tenente coronel
Domingos Pimentel de Ulhôa, e expedi ordem para entrega da quantia de 1:503\$900, restante da
consignação da citada lei, pela collectoria respectiva e em vista de ferias.

Estrada entre a villa da Ayuruoca e o arraial do Carmo de Pouso Alto.—Tendo a lei
n. 1:104 votado a quantia annual de 2:000\$ para a abertura de uma meia estrada entre estes dous
pontos, ordenci em 18 de novembro proximo passado ao engenheiro Aroeira que tratasse de ali-
nhar e orçar a dita estrada, afim de providenciar-se sobre os meios de levar-a á effecto.

Concertos das estradas do Ouro Preto á Marianna e da Itabira ao Itambé.—Estão
concluidos e pagos, tendo importado os da 1.^a em 3:000\$000 e os da 2.^a em 7:109\$000.

Por acto de 21 de novembro ultimo, resolvi dispensar da conservação da estrada entre os
arraiaes da Cachoeira e Congonhas do Campo os cidadãos coronel João Fernandes Ramos e major
Lucas Antonio Monteiro de Castro, rescindindo nessa mesma data o contracto celebrado com Manoel
Alves Vianna para a conservação da estrada comprehendida entre a Cachoeira e o Alto de D. Vicencia.

Tambem rescindi o contracto feito com o cidadão Antonio Agostinho Alves da Neiva para
a conservação da estrada entre os arraiaes de Santa Rita e do Lamin; por quanto attendendo á
que estas conservações parciaes com que alias se fazia não pequena despesa, em nada aproveitavão
ao publico, visto que os viandantes, depois desses pequenos pedagos, recahião nas mesmas diffi-
culdades, julguei mais acertado em vista das más circumstancias financeiras, fazer essa economia,
que pode ser opportunamente empregada em reparos mais methodico, e consequentemente mais
duraveis.

Antes de terminar este artigo devo informar á v. exc. que encarreguei o conductor de tra-
balhos F. G. Meyer de examinar a estrada que desta cidade segue até Barbacena, afim de offerecer
todos os esclarecimentos, que serão por certo de muita importancia para servirem de base aos con-
tratos, que devem ser celebrados para a conservação dessa estrada, tendo em consideração cada uma
das secções em que está dividida a mesma conservação.

E mais, que julgando de muita conveniencia e utilidade abrir-se uma picada áquem e alem
da—Ponte-queimada—ultimamente construida sobre o Rio Doce, pois que sou informado de que
cada vez mais augmentão-se os moradores das vertentes do—Caratinga—; entendi-me com o capitão
Felicio Moreira e o consultei se querará incumbir-se desse trabalho, porque prego, e com que con-
dições, como consta do meu officio dirigido ao mesmo capitão em 7

Se v. exc. pensar do mesmo modo permita que lhe lembre; 1.^o a conveniencia da criação
de uma subdelegacia no quarteirão de Caratinga, e 2.^o que os novos povoadores fiquem per-
tencendo á freguesia do Cuithé, como é justo e elles reclamão.

Observações geraes.

Tendo pronunciado o meu juizo á respeito das vias de comunicação desta provincia, e
consignado no relatorio que tive a honra de apresentar á assembléa legislativa provincial, que
a cinta de ferro chamada—Estrada de Pedro II—que alem da Mantiqueira estende-se por toda a raia
de Minas, é a base da rede de caminhos, cumpro agora um dever expondo á v. exc. o que o estudo
deste ramo de administração me offereceu á bem das futuras medidas que devem ser tomadas por
v. exc.

Pensando que mais cedo ou mais tarde hão-de haver locomotivas de todo o Parahyba até a
côrte do Rio de Janeiro, o que cumpre fazer-se por parte da provincia é pôr em comunicação o valle
do Parahyba com os trez grandes valles da provincia—Rio Doce,—Rio S. Francisco e Rio Grande.

Mas se isto realizar-se, v. exc. comprehende perfeitamente que os ramaes da estrada—União

e Industria, que achei começados e auxilici, internando-se para léste podem ser uteis á companhia, mas em pura perda para a provincia.

Alem disto, a estrada que se projecta por Itabapoana interessará os moradores d'aquelle recanto; mas o caminho natural e facilimo para outros productores é o de S. Fidelis e Campos por onde se descerá por alguns ramaes que entronquem na estrada de Pedro II, e nunca para o Itabapoana.

Esta estrada está na mesma razão da que devia de Ouro Preto ou Marianna chegar á Victoria, da qual não mais se falla, por certo em vista da consideração, que cabe debaixo de nossos sentidos exteriores—a equi-distancia em que está a cidade de Ouro Preto e Marianna para a Victoria ou para a côrte.

PONTES.

Ponte das Gamelleiras no municipio de Sabará.—Foi contratada por 3:000\$000 em abril de 1862, e está concluida e paga.

Ponte sobre o Rio S. Miguel no municipio da Formiga.—Contratada com o cidadão Francisco de Paula Negreiros de Macedo pela quantia de rs. 5:855\$000, que tem sido paga pela quota posta á disposição da presidencia pelo governo geral.

Alem desta importancia o arrematante fez outras obras, que forão orçadas pelo engenheiro Modesto de Faria Bello em 1:236\$618 réis; mas attendendo á que esse accrescimo foi feito sem autorisação do governo, deixei de mandar fazer o pagamento respectivo.

Ponte sobre o Rio Pirangana villa da Ponte Nova.—Contratada com os cidadãos João Moreira Cecilio e José Maria da Silveira, pela quantia de 7:400\$000

Ponte sobre o Rio Verde na estrada que do arraial do Carmo se dirige á Baependy.—Por acto de 19 de setembro de 1862 um de meus antecessores, informado de que o coronel Antonio José Ribeiro de Carvalho não duvidava incumbir-se da factura desta ponte sujeitando-se á receber somente metade da quantia em que ella fosse avaliada depois de concluida, concedeu-lhe a necessaria autorisação.

Participando-me o dito coronel ter concluido a obra, incumbi do exame o engenheiro Aroeira, o qual reconhecendo-lhe consideraveis defeitos, que não pôde affirmar se prejudicão ou não a sua segurança, avaliou-a com tudo em 4:000\$.

Pareceo-me conveniente ouvir sobre este negocio a mesa das rendas, procurando assim informações que orientassem o governo sobre a maneira de evitar o prejuizo que pôde vir á provincia do pagamento de uma ponte, cuja segurança não pôde garantir o engenheiro que a examinou.

E de accordo com as informações que obtive declarei aquelle coronel por officio de 5 de março que não pôde ter lugar a indemnisação á que está obrigada a presidencia, senão depois de feitas as correções propostas pelo mesmo engenheiro.

Ponte sobre o Rio Lambarly Grande—Os concertos de que necessita estão contratados com o cidadão Manoel Teixeira Campos pela quantia de 524\$720 réis.

Ponte sobre o Rio Capivary no arraial da Chapada.—A camara municipal de Minas Novas está autorisada á mandar fazer os concertos de que necessita esta ponte despendendo até a quantia de 300\$000 votada no § 16 do art. 1.º da lei n. 1:145.

Ponte sobre o Ribeirão d'Área na Diamantina.—Mandei entregar á camara respectiva a quantia de 250\$000 em que importou a despesa feita com o concerto desta ponte, sob a condição de exhibir perante a collectoria os documentos comprobatorios da mesma despesa.

Ponte sobre o Rio Fradique.—A camara da Oliveira está autorisada á mandar fazer os concertos de que necessita esta ponte orçados em 480\$560 réis, que serão pagos depois da conclusão e exame das obras.

Ponte sobre o Rio das Velhas no arraial de Raposos.—Em andamento; tendo o arrematante sido autorisado á substituir oito vigas arruinadas mediante a quantia de 460\$000, da qual se tem de deduzir 100\$ rs. de trez que se julgarão aproveitaveis para guarda-terras.

Ponte sobre o Rio das Velhas no arraial do Gequitibá.—A camara de Santa Luzia está autorisada á contratar os concertos desta ponte orçados em 5:177\$880 rs.

Estão concluidas e pagas as seguintes :

Ponte sobre o Rio Jacaré.—Contratada em fevereiro de 1862 pela quantia de 1:913\$480.

Ponte sobre o Rio Piranga na villa do mesmo nome.—Contratou-se os respectivos contratos com José Ignacio da Silva Araújo pela quantia de 1:000\$000.

Pontes sobre os rios Paiol, Matadouro e Macacos.—O cidadão Joaquim Gomes de Freitas Drumond foi por portaria de 2 de outubro ultimo encarregado da construcção destas pontes pela quantia de 3:538\$000.

Ponte sobre o rio Una na estrada de St.^a Barbara á Itabira.—Custou 3:520\$000 rs.

Ponte sobre o rio Piranga no arraial do Calambau.—Foi totalmente reparada tendo importado a despesa em 3:799\$000 reis.

Ponte sobre o rio Turvo Grande.—Com a sua construcção se despendeu 450\$000 rs.

Ponte do Jurumirim sobre o rio Carmo.—Gualaxo.—Importou em 4:179\$000 reis.

Ponte Queimada sobre o rio Dóce.—Ao arrematante desta ponte mandei fazer o pagamento de metade da ultima prestação ficando, a outra metade reservada para ser entregue depois da correção de alguns defeitos notados pelo engenheiro Aroeira.

Tambem incumbi o dito arrematante de algumas obras imprevistas no plano e reputadas indispensaveis á duração da obra, as quaes foram orçadas em 600\$000.

EMPREZAS.

Ponte sobre o rio S. Francisco, no lugar denominado—Porto Real—O tenente coronel Francisco José Bernardes dirigiu-me um requerimento propondo-se á construir por empreza esta ponte; mas parecendo-me exageradas as condições medianes as quaes pretendia elle o privilegio, propuz-lhe algumas modificações que foram aceitas. E por que uma das condições que impuz foi que a ponte seria feita por um plano organizado por engenheiro da provincia, encarreguei desse trabalho o engenheiro Gerber; mas tendo elle declarado que é impropria a estação actual para medições em um rio da natureza do S. Francisco, era minha intenção fazer seguir opportunamente para aquelle ponto o engenheiro Aroeira visto ter aquelle primeiro de retirar-se da provincia, como já disse em lugar proprio.

Tambem julguei conveniente ouvir a camara municipal da Formiga sobre a utilidade e vantagens que desta concessão podem resultar aquelle municipio.

Em data de 4 de março officiou-me ella dizendo—que a construcção desta ponte traz vantagens para o commercio em geral; mas que sendo ella de propriedade particular, alem de causar grande prejuizo as rendas da camara e por isso males ao municipio pelo lado do enfraquecimento da receita da camara, ficarão esses resultados favorecendo ao empresario pela elevação da taxa, e por consequencia desgostos causarão aos contribuintes, porque os empresarios não hão-de querer ceder dos seus interesses em beneficio do publico: alem disso a povoação do—Porto Real—está de um e outro lado do rio, e converge para um só ponto por occasião dos actos religiosos e commerciaes. Uma ponte pois que separasse este povo e que fosse entregue a um particular para fazer a devida selecção de barranqueiros e não barranqueiros, pôde não só trazer vexames que o governo não tenha meios de prevenir, como ser um germen de discórdia entre o povo e o empresario.

E' entretanto minha opinião que deve haver o maior escrupulo na concessão deste privilegio, por quanto sendo provavel que em um futuro talvez não muito remoto se trate da navegação de importante rio, não parece conveniente sobrecarregar a provincia ou a associação que por ventura venha realisar-a com as despesas de indemnisações á que inevitavelmente os obrigará a concessão de taes privilegios.

Alem disto importa, quando a provincia venha á conceder os favores da lei que a ponte seja construida de modo que reuna as obras que são da arte para não embarçar a navegação.

NAVEGAÇÃO DE RIOS.

Constando-me que o tenente coronel Antonio Gonçalves da Silva Mascarenhas não duvidava encarregar-se da abertura de um canal no rio Paraopeba para evitar a cachoeira do—Choro e facilitar a navegação d'aquelle rio, dirigi-me á elle por officio de 16 de janeiro ultimo, consultando se era isso exacto; e, no caso affirmativo, por que quantia se incumbiria desse trabalho, declarando-me por essa occasião a largura e profundidade que deveria ter o projectado canal.

A resposta desse cidadão de 20 de fevereiro foi—que não podia encarregar-se da obra, apesar de reconhecer a possibilidade de levá-la a effeito.

Tendo noticia de que o dr. João Capistrano Ribeiro Alkmim acha-se á frente de uma sociedade que tem por fim navegar o Rio Verde desde a cidade de Tres Pontas até o Capivary, e convencido de que o governo não deve deixar de intervir e coadjuvar essa empreza que promette grandes beneficios ao Sul de Minas, dirigi-me em 28 de janeiro ultimo ao dito dr. pedindo que me informasse circumstanciadamente :

1.º Qual a extensão pouco mais ou menos dessa navegação ;

2.º Quaes os obstaculos que offerece o Rio Verde ;

3.º A largura do rio e profundidade do canal ;

4.º O tamanho dos barcos, sua lotação e fretos que são exigidos ;

5.º O tempo em que se pôde fazer a viagem de Tres Pontas até o Capivary, assim descendo como subindo com carga, e quaesquer outros esclarecimentos que elle julgar convenientes.

Convencido alem disto da extraordinaria vantagem de semelhante via de communicação, desde que por meio de uma boa estrada de rodagem se possa unir o ultimo ponto dessa navegação á do Rio Parahyba, pedi ao exm. presidente do Rio de Janeiro, que se não houvesse inconveniente, se servisse ministrar-me uma copia do relatorio do bacharel Alfredo de Barros Vasconcellos á respeito da possibilidade da navegação do Parahyba, bem como o resultado dos ultimos exames, á que procedeu o engenheiro Keller á respeito dos melhoramentos da mesma navegação. E s. exc. accedendo ao meu pedido, enviou-me com officio de 8 de fevereiro a copia do relatorio do engenheiro Barros Vasconcellos, aqui junto sob n.º 6, deixando de remetter o do engenheiros Keller, pae e filho, por existir entre os annexos do relatorio do ministro e secretario d'estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas do anno passado.

A navegação dos rios Verde e Sapucahy, segundo um documento de pessoa habilitada que tenho á vista, não é, como outras, um problema ou um projecto chimerico, mas sim um facto consumado, visto como é já hoje praticada desde a barra do Sapucahy até a estação da estrada de ferro no Pirahy em uma extensão de quasi 80 legoas, com a unica excepção de 8 legoas na estrada do Picú pela qual se transpõe a serra da Mantiqueira

E' pois claro que o governo deve esforçar-se para regularisá-la, quer melhorando o canal do rio, quer auxiliando a empreza, da que já fallei.

INDUSTRIA

MINAS.

Diamantes.

Entre as minas classificou a lei de 24 de dezembro de 1734 as *diamantinas*.

Uzando desta linguagem, que não considero seientifica, vou dar noticia a v. exc. de alguns descobertos de terrenos diamantinos.

Tendo apparecido diamantes no Ribeirão das Canôas, no lugar que divide o municipio de Passos desta provincia, com o da Franca da de S. Paulo, em 26 de abril de 1861 exigio-se á respeito informações das autoridades de Passos, e deo-se logo conhecimento do descoberto ao ministerio da fazenda, pedindo que fosse o terreno declarado—diamantino.

Em consequencia foram, por aviso de 16 de julho de 1863, exigidas diversas informações as quaes solicitei em 28 do mesmo mez da camara municipal e delegado de policia respectivos ; e como, passado tempo, nada houvessem respondido, de novo lhes ordenei em data de 5 de fevereiro do corrente anno, que prestassém as informações pedidas.

Em officios de 21 e 22 de agosto do anno passado participaram-me o juiz municipal suplente em exercicio, de S. Romão, João Antonio Rodrigues, e o vigario José Victorino Cezar, terem sido descobertos diamantes no districto do Bom Fim d'aquelle termo, no lugar denominado —Capão redondo—distante da villa 14 á 15 legoas, tendo logo convergido para aquelle lugar de 10 á 15 mil pessoas.

Em 8 de outubro officiei ao ministerio da fazenda, e, para que podessem ser declarados diamantinos os ditos terrenos, prometti mais amplas informações que do mesmo juiz municipal e do delegado de policia exigei, com ordem de as irem colher pessoalmente no lugar.

Na mesma data ordenei ao inspector geral dos terrenos Diamantinos, que propuzesse as medidas no seu entender convenientes acerca desse descoberto, tendo em vista o disposto no decreto n.º 465 de 17 de agosto de 1846.

O juiz municipal supplente, em officio de 3 de dezembro; informou-me, que a área diamantina tem de 30 a 40 legoas de circumferencia, —que os diamantes extrahidos são de boa qualidade, e que se tem vendido á 320% e a 420.000 reis a onça.

Por officio de 13 de dezembro ultimo, participou-me o 1.º supplente do delegado de policia da cidade da Formiga, que nas margens do rio—Perdição=junto á serra da—Marcella,—e distante do arraial de Bambuhy 5 legoas, mais ou menos, tinham sido descobertos diamantes, ouro e um metal que se suppunha ser chumbo ou estanho, e bem assim carvão de pedra na mesma freguesia.

Sobre este descoberto officiei ao ministerio da fazenda em 2 de janeiro ultimo, e exigi da camara municipal respectiva as seguintes informações: 1.ª qual a extensão da área diamantina, 2.ª qual a quantidade aproximada dos diamantes extrahidos; 3.ª, e ultima, qual o seu valor provavel.

Até esta data, ainda não tive resposta da camara.

Conforme participou-me o juiz municipal da Conceição em officio de 17 de janeiro, appareceram diamantes de boa qualidade no rio Sipó, confluyente do das Velhas, justamente no ponto que divide aquelle municipio do do Curvello.

Afim de que os terrenos podessem ser declarados diamantinos, ordenei não só a este juiz municipal, como aos delegados de policia de um e outro municipio, que dirigindo-se ao lugar informassem sobre a área mineral, a quantidade dos diamantes extrahidos e o seu valor provavel.

De tudo isto dei conhecimento ao ministerio da fazenda em 26 de janeiro, e tambem á thesouraria de fazenda, exigindo iguaes informações por intermedio do respectivo inspector geral.

Aquellas autoridades ainda não prestaram as informações exigidas, mas o inspector da thesouraria remetteu-me um officio, que anteriormente lhe havia dirigido o substituto do inspector geral dos terrenos diamantinos, dando algumas informações, e propondo logo os cidadãos Manoel Pereira da Silveira e Candido de Souza Vianza para delegado e agente do procurador fiscal no municipio do Curvello e opinando pela mesma occasião que, visto não ser o dito terreno mui extenso, mais convinha annex-o á delegacia da Conceição.

Em officio do ministerio da fazenda datado de 30 de janeiro passado, declarei que, á ser adaptado o primeiro destes alvitres, os cidadãos propostos estavam no caso de ser nomeados, porem que mais acerto me parecia adoptar-se o segundo, acrescentando que, ao mesmo ministerio seriam opportunamente levados os demais esclarecimentos por mim exigidos das autoridades dos referidos municipios, e ainda não prestados.

Em 30 do mez passado, tive occasião de endereçar ao ministerio da fazenda um officio datado de 2 do mez antecedente, em que o delegado de policia de S. Romão me prestava as informações, que d'elle exigira, sendo que de todas as autoridades com quem sobre este assumpto me entendi, foi esta a unica que até hoje deu cumprimento ás minhas ordens.

Ouro.

Tendo sido o marquez de S. João Marcos nomeado por alvará de 25 de novembro de 1808, guarda-mór geral das minas desta provincia, depois de empossado, aos 17 de julho de 1809, nomeou serventuário, que desistio da serventia, indo esta recahir por decreto de 16 de outubro de 1849 na pessoa de Luiz de Leme Betim, que, se ainda existe, é o guarda-mór actual.

Competendo á presidencia, na falta do guarda-mór nomear seus substitutos, ou delegados (art. 34 da lei n.º 514 de 28 de outubro de 1854); aos quaes incumbe o regulamento de 17 de agosto de 1846, art. 3.º, (ordem do thesouro nacional de 19 de setembro de 1849, conceder datas mineras em terrenos auríferos, era meu desejo procurar haver todas as informações sobre este ramo do serviço publico, que supponho estar em grande abandono, sem duvida resultante das difficuldades com que lucta a mineração, provenientes da deficiencia de braços e consequente enca-recimento dos salarios e do alto preço dos generos de primeira necessidade, e tambem em parte não pequena do máo systema seguido neste ramo do trabalho.

Certo de que os meus desejos serão por v. exc. levados a effeito, não posso deixar de lembrar que seria de maxima conveniencia organizar-se este ramo da administração publica de maneira que se aproveitassem as prescrições do regimento dado aos 19 de abril de 1702, o qual inquestionavelmente encerra alguns principios salutarés de boa administração, não devendo o pessoal occupar-se conjunctamente da execução pura do contencioso.

Só deste modo serão realisadas as condições geralmente aceitas n'aquelles paizes em cujos regulamentos sobre as minas encontra-se um pessoal para a execução, e conselhos para decidirem-se as contestações que possam apparecer.

A pouco se fez sentir esta necessidade por occasião de duvidas que appareceram em S.

Miguel do Piracicava originadas da concessão de datas minerais ao padre Evencio Antonio Rodrigues, cuja posse foi por outros contestada.

Recebendo uma representação do dito padre queixando-se do esbulho, mandei ouvir o advogado Joaquim José da Silva, cujo parecer, copia n.º 7, enviei em 14 de janeiro ao guarda-mór substituto da freguesia de S. Miguel do Piracicava, recommendando-lhe que o observasse.

Mercurio.

Entre as substancias metalicas, o azougue constitue o unico genero da segunda ordem, ou dos metaes immediatamente oxidaveis e reductiveis.

O finado J. V. Couto, encarregado dos exames mineralogicos desta provincia no principio deste seculo, não encontrou nella minas de azougue, e refere apenas que á muitas pessoas ouvira contar terem-n'o visto nativo correr pela terra em occasiões de abertura de lavras ou de enxurradas das agoas.

Bento Gomes de Escobar, enviou, com officio de 10 de junho de 1862, uma amostra de azougue descoberto na fazenda do cidadão Custodio José de Oliveira, municipio de Jaguary e districto de Santa Rita da Estrema, quasi na divisa da provincia com a de S. Paulo.

Sendo enviada com officio de 23 do mesmo mez de junho, á s. exc. o sr. ministro da agricultura, commercio e obras publicas, a mesma amostra, exigio s. exc. maior quantidade do mineral, afim de poder ser devidamente apreciado.

Esta exigencia foi satisfeita á esforços do cidadão Bento Gomes de Escobar, mas a presidencia nenhuma solução teve do officio que dirigio ao ministerio da agricultura, commercio e obras publicas em 10 de novembro do anno passado.

Se a amostra que enviei ao ministro é com effeito do metal de que trato, será por certo um achado feliz para esta provincia. Paiz essencialmente mineiro é este metal de muita necessidade para extrahirem-se do ouro e da prata as suas materias terrozas, senão tambem para o fabrico do solimão objecto de consumo em muitos casos.

Carvão de pedra.

O honrado e zeloso cidadão tenente coronel Manoel Teixeira de Magalhães Leite Junior, á quem, como administrador, devo muitas attentões, em officio de 5 de dezembro do anno passado, participou-me que na freguesia de Bambulhy do municipio da Formiga, tinha o cidadão Francisco José Pereira Garcia descoberto uma materia que parecia ser o legitimo carvão de pedra, do qual enviou-me uma amostra.

Com quanto duvide que a amostra enviada seja do legitimo carvão de pedra, agradecei os bons desejos do cidadão Teixeira Leite, e roguei-lhe em officio de 23 do referido mez, que me mandasse dois animaes carregados do dito mineral, á fim de fazer-se na capital do imperio uma experiencia em grande escala, sendo toda a despesa feita com esta remessa paga nesta capital ao portador.

Declarei no entretanto ao mencionado cidadão que verificada a legitimidade do carvão de pedra ser-lhe-hia outorgado o premio que a lei confere, conforme a importancia da descoberta.

Na mesma occasião officiei sobre o objecto á s. exc. o sr. ministro da agricultura, commercio e obras publicas, e dei conta das medidas por mim tomadas para alcançar maior quantidade da materia, no intuito de sobre ella fazerem-se as experiencias indispensaveis, que caberão por certo á v. exc.

Ferro.

Sem indagar se o ferro nativo existe ou não, sobre o que os sabedores repartem-se em opiniões, affirmo a v. exc. que nesta provincia encontrão-se minas de ferro as mais ricas e preciozas, á saber—ferro oxidado ou ferro oligista (*Haüy*), ou especular (*Brochaut e e Ruwan—specular ironore*)

« Alem da abundancia, estas minas gozão da propriedade de serem redusidas á ferro maleavel, logo desde a primeira operação, sendo fundidos de mistura com o carvão pelo methodo que ha nome—á *Catalão*—onde tomão uma fuzão incompleta, ou que não fazem mais que amollecere.

« Todas as mais especies requerem duas laboriosas operações para tornarem a natureza do ferro maleavel: primeiramente são fundidas no chamado forno de fuzão,—e d'ahi passão para outro forno, o de refinação, cujas duas operações absorvem muito mais tempo, maiores despezas de mão d'obra e combustiveis. » *Dr. J. V. Couto.—M. S.*

O ferro especular está derramado com mão prodiga em Tapanhoacanga, e outros lugares proximos ao Rio Doce.

E pois v. exc. hade reconhecer que seria de muita vantagem animar este ramo de in-

industria tão importante para a provincia, quando é certo que a sua exportação pode tornar-se facil pela navegação do Rio Doce, á que ficam proximas as referidas minas de ferro olygista ou especular.

INDUSTRIA.

Fabricas de ferro.

Nos municipios mencionados no quadro que v. exc. encontrará na secretaria existem 120 fabricas, á saber: em 84 pertencentes aos municipios da Itabira, Araxá, Piamhy, Marianna, Pitangui, Caethé, Conceição, Diamantina e Ubá fabricão-se diariamente 285 arrobas de ferro, que vendido em barra nas fabricas, ou nos mercados á 4\$000 reis, termo medio, dão por dia a somma de 1:140\$ rs.

Das 27 de Santa Barbara somente—em 24 manufacturão 20:549 arrobas por anno, das quaes vendidas á 3\$000 rs., termo medio, resulta a quantia annual de 61:647\$000 rs.

De 27 fabricas, sendo 3 deste municipio, 3 de S. Francisco das Chagas, 2 de Minas Novas, 1 do Rio Pardo, 2 do Serro, 1 do Pará, 1 de Piamhy, 1 de Caethé e 13 da Conceição, não consta o numero de arrobas de ferro que produzem.

Só prestarão informações sobre este objecto 51 camaras: destas 36 declarão que nos seus municipios nenhuma fabrica existe, e 15 são as dos municipios que ficam referidos.

As do Ouro Preto, Montes Claros, Januaria, Guacuihy, Leopoldina, Santo Antonio do Monte, Prata, Jacuihy, Baependy e Ponte Nova em numero de 10, não prestarão até hoje as informacões exigidas.

No entretanto consta que o primeiro destes municipios possui algumas pequenas fabricas, que produzem algum ferro que é vendido em barras e em obras.

Nas fabricas supraditas são empregados 618 braços, pouco mais ou menos.

A' uma legoa desta capital existe tambem uma pequena fabrica de propriedade do capitão José Bento Soares, na qual se fabricarão as grades para segurança das janelas e paredes da cadeia desta cidade, bem como as que guarnecem a entrada e as varandas internas do theatro.

Se essas obras não estão á par d'aquellas que da corte são importadas, ao menos em nada envergonhão o seu autor, antes grangearão-lhe merecidos elogios, e dão uma prova de que essa fabrica para tomar vulto só falta a indispensavel animação.

Antes de passar á outro ramo da industria, eu devo lamentar a falta, que sente esta provincia de um curso que comprehenda a *mineralogia* propriamente dita, com suas duas secções—*crystallographia e metallurgia, e a geologia*.

Se tivesse sido executada a resolução de 3 de outubro de 1832, que creou esse curso, estou persuadido de que a provincia teria colhido muitos beneficios de sua existencia.

Mas como o preceito legislativo existe, e a creação da escola de sciencias mineralogicas nesta provincia não pode alterar quaesquer planos que hajão á respeito da organização dos estudos superiores; entendo que a provincia deve procurar completar no lyceu desta capital, se for restaurado, os estudos preparatorios requeridos para o curso mineralogico, tanto mais quanto é certo que ha na provincia professores habilitados, que podem ensinar com vantagem esses estudos preparatorios.

A' v. exc. cabe a honrosa missão de advogar esta causa tão interessante perante os poderes publicos.

AGRICULTURA.

São por v. exc. bem conhecidas as causas da alta do preço que tem tido no mercado o algodão, e as vantagens obtidas por aquelles que se empregão nesta cultura. Esta consideração e a propriedade do solo mineiro em alguns pontos, taes como Minas Novas, Serro, Pará, Pitangui e outros municipios me induzirão á officiar em 10 de outubro do anno passado aos juizes de paz recommendando-lhes que procurassem animar os fazendeiros á curar com esmero deste ramo de industria, que promete tornar-se, como o café, uma base de riqueza publica, pois o algodão, segundo a expressão de Schusbert, assemelha-se aos metaes preciosos que servem para as permutas.

As participacões que até hoje tenho recebido são lisongeiras.

Escrevi tambem á muitos cidadãos importantes pedindo-lhes informações sobre o pessoal das differentes localidades, que por sua fortuna e zelo pelos interesses publicos estivessem no caso de auxiliar o governo no empenho de dar movimento á industria agricola e informar á respeito dos meios indispensaveis para auxilia-la.

Devo dizer á v. exc. que o meu fim, fazendo esta exigencia, era nomear commissões agri-

colas em diversos centros da provincia com instruções appropriadas, sem aparato e que podessem com facilidade ser desempenhadas por ellas, e tendo em vista obter informações que orientassem a administração, já sobre os differentes ramos da agricultura, e quaesquer empresas ou ensaios agricolas, seus processos instrumentos novos ou aperfeiçoados, que podessem concorrer para o seu progresso, já sobre os meios de melhorar as estradas e outras vias de comunicação para mais comodo transporte dos generos produzidos; indicando a direcção d'ellas e as pessoas que devessem ser encarregadas de sua construcção, conservação e reparação com economia e zelo.

Se v. exc. entender que desta medida podem resultar alguns bens, achará nas informações que pedi, e das quaes algumas já se achão na secretaria, meios de levar-a ao fim.

Com aviso de 7 de novembro do anno passado enviou-me o ministerio da agricultura 66 exemplares da obra do padre Antonio Caetano da Fonseca intitulada—Manual de agricultura dos generos alimenticios—para ser distribuida pelas camaras municipaes: o que se fez.

O autor falla da cultura mais uzual nas provincias com conhecimentos praticos; e seria conveniente que suas idéas tivessem grande circulação, visto como suas observações sobre muitos assumptos e principalmente á respeito do máo habito de abandonarem os agricultores as terras chamadas—cançadas para irem povoar sertões incultos, são dignas de attenção debaixo de muitas relações importantes.

CASAS DE MERCADOS.

DA CAPITAL.

Achando-se em máo estrada a casa de mercado da capital, officiou-me a camara municipal em data de 20 de janeiro passado expondo a necessidade que havia de reparar esse edificio, onde concorrem os produtores que abastecem a mesma capital dos generos alimenticios, e pedindo que a presidencia auxiliasse os concertos que devem ser feitos, ministrando-lhe uma porção de tijollos feitos ha tempos por ordem do governo.

E como esse material existe, e a provincia não tem presentemente obra, em que o aproveite, aguardava as informações que exigi da mesa das rendas em 19 de fevereiro ultimo, e que ainda não foram prestadas, para deliberar sobre a satisfação d'aquelle pedido.

DA CAMPANHA.

Tenho noticia de que a camara municipal começou a lançar as bases de uma casa de mercado; mas ignoro até o presente o estado em que se acha.

INDUSTRIA FABRIL.

FABRICA DE TECIDOS DA CANNA DO REINO.

Pelo que se lê á pagina 41 do relatorio apresentado á assemblea legislativa provincial em 1855, vê-se que este estabelecimento caminhava com algum progresso, por quanto, possuindo um fundo de 22.000\$000, a companhia, sem embargo de algumas contrariedades, auferio um lucro de 20 por cento do capital empregado.

Do relatorio, acompanhado de balancete, que em 11 de outubro ultimo apresentou-me o director Manoel Simplicio Moreira Neto, collige-se que o actual estado de finanças da companhia não é muito lisonjeiro, e, se o estabelecimento não vae em regresso, conserva-se pelo menos estacionario, o que já não é pequeno mal.

Sou induzido a crer, segundo informações que o principal motivo do atraso desta fabrica, provem da pessima escolha do lugar em que está assentada, sendo que esse lugar, alem da infertilidade do sólo, que não se presta á cultura do algodão, não tem a conveniente abundancia de agoa, que dê a necessaria celeridade ao movimento das differentes maquinas, as quaes não atingem ainda o gráo de perfeição que é para desejar-se.

Diversos accionistas representarão-me sobre a urgente necessidade de mudar-se a fabrica para o arraial do Gequitibá, termo de Santa Luzia, onde ha algodão superior, população bastante, melhores estradas, maior frequencia de tropas, e abundancia de agoas, que podem dar as maquinas uma força motriz consideravel.

A mencionada representação acompanhada de uma informação que prestou-me o engenheiro Blanchet em 28 de abril proximo passado, e de outra datada de 17 de junho subsequente prestada pela mesa das rendas, foi com officio de 19 deste ultimo mez á directoria da companhia para emitir sua opinião acerca da mesma mudança; mas até agora nenhuma resposta recebi, e por isso nada pude resolver sobre este objecto, que é de incontestavel interesse para a companhia e para a provincia.

A directoria da companhia em 16 de abril do anno findo officiou-me consultando quando poderia ter lugar a entrega da quantia de dez contos de réis, resto dos vinte contos votados na lei

n. 570 § 19 do art. 5º, e também sobre o modo de converter-se o empréstimo em ações, como prescreve o art. 18 da lei n. 1:145 de 1862.

Sobre isto ouvi a mesa das rendas, e concordando com a sua opinião exarada em officio de 17 de junho ultimo, em 18 respondi a mesma directoria—que á vista da penuria em que estavam os cofres provinciais, sendo necessario contrahir-se um empréstimo com premio, ficava adiada a entrega da quantia pedida.

Alem da importante fabrica de chapéus de lã estabelecida pelo barão do Rio Verde em S. Gonçalo da Campanha, outros pequenos estabelecimentos existem em varios pontos da provincia, dos quaes não faço especial menção por fallecerem-me os dados necessarios, mas posso asseverar á v. exc. que muitas amostras de belissimos tecidos que têm feito parte da exposiçã provincial, bem demonstrão o genio industrioso dos mineiros.

COMMERCIO.

Nada tendo á dizer sobre este ramo da industria, passo á tratar de

OBJECTOS DIVERSOS.

ELEIÇÃO.

Forão dadas as ordens necessarias para proceder-se a eleição de dous deputados por esta provincia em consequencia da escolha dos srs. Theophilo Benedicto Ottoni, e douter Domiciano Leite Ribeiro, este para ministro e secretario d'estado dos negocios de agricultura, commercio e obras publicas, e aquelle para occupar o lugar que no senado deixou o conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

PALACIO DA PRESIDENCIA.

O palacio da presidencia, alem de alguns reparos de que necessitava para sua conservação, achava-se tambem em estado pouco decente pela falta de branqueamento das suas paredes.

Attendendo á isso e existindo na secretaria o orçamento dessas obras feito pelo engenheiro Gerber e o cidadão Antonio de Assis Martins solicitei do ministerio respectivo o credito de rs. 1:728\$000, que foi concedido, e sendo as obras contratadas perante a thesouraria de fazenda com o cidadão Antonio José da Silva Coelho, já tiverão principio.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA DA CAPITAL.

Havendo o norte-americano Horacio M. Lanne, ha pouco estabelecido nesta cidade, se proposto á fazer o serviço da illuminação á oleo—kerosene—; e attendendo eu a que o systema ultimamente adoptado no contracto feito em 28 de maio de 1863 com o cidadão José Joaquim Fiuza da Rocha não era o melhor; que este arrematante commettera muitas faltas; quo o serviço era pessimamente executado, vendo-se a cidade muitas vezes completamente ás escuras, autorizei em 17 de novembro á pôr-se em hasta publica este serviço para ser arrematado por quem o fizesse á—kerosene—e com melhores vantagens aos cofres publicos.

Com effeito appareceu em praça o dito Lanne, com quem foi feito o contrato que v. exc. encontrará no appenso sob n. 8. Por acto de 14 de janeiro resolvi approval-o, rescindindo o que fôra celebrado com Fiuza. De 16 d'aquelle mez em diante a illuminação da capital tem sido feita á—kerosene—, e sinto muito prazer em declarar á v. exc. que este ramo do serviço publico foi consideravelmente melhorado, sem acrescensar-se a cifra da despesa, assim no que respeita á maior força de luz, como tambem ao maior numero de lampôes.

São estes os assumptos que julguei dever expôr á illustrada consideração de v. exc.
No meu particular sou com muita estima e maior consideração

De v. exc.

Illm. e exm. sr. dr. Fidelis de Andrade Botelho,
4.º vice-presidente da provincia de Minas Geraes.

Att.º vn.º e resp.º cr.º

João Cispiniano Soares.

Ouro Preto, 2 de abril de 1864.

Appensos.

QUADRO DA ORGANISAÇÃO E PESSOAL DA SECRETARIA DO GOVERNO DA
PROVINCIA DE MINAS GERAES.

Official Maior		Candido Theodoro de Oliveira.
1.ª Sec-ção.	Chefe	Antonio Nunes Galvão (a).
	1.º Official	Silverio Teixeira da Costa.
2.ª Sec-ção.	2.º Dito	Fortunato Carlos Meirelles.
	Chefe	Antonio Cezario Brandão de Lima.
3.ª Sec-ção.	1.º Official	Francisco de Paula Ferreira de Carvalho.
	2.º Dito	Jacintho Dias Coelho.
4.ª Sec-ção.	Chefe	Antonio de Assis Martins.
	1.º Official	Francisco de Paula Pinheiro d'Ulhoa Cintra (b).
5.ª Sec-ção.	2.º Dito	Florencio da Cunha Vianna.
	Chefe	Honorio Augusto Dias de Magalhães.
6.ª Sec-ção.	1.º Official	João Baptista de Oliveira Bicalho.
	2.º Dito	José Orozimbo de Oliveira Jacques.
Porteiro etc.	Chefe	Anacleto de Magalhães Rodrigues.
	1.º Official	José Rodrigues Duarte Junior.
Addidos.	2.º Dito	Manoel José Ferreira.
	Chefe	Bruno Eugenio Dias de Carvalho.
Porteiro etc.	1.º Official	Ernesto Silvestre da Costa.
	2.º Dito	Carlos Fortunato Meirelles.
Addidos.	Porteiro	Bernardo dos Reis Coutinho.
	Ajudante do dito	Francisco de Paula Alves de Azevedo.
Porteiro etc.	Continuo	Manoel Simões Franco.
	Correio	Francisco Caetano de Jezus.
Addidos.	Dito	João da Porta Latina.
	Ordenança	Sargento Antonio Joaquim de Sant'Anna.
Addidos.	1.º Official	Carlos Benedicto Monteiro.
	Amanuense	Herculano dos Reis Coutinho.
Addidos.	Dito	Ignacio José de Souza Gama.
	Desenhador	David Moretszonhn.
Addidos.	Porteiro	Lourenço Corrêa de Mello. (c)
	Extranumerario	Francisco de Paula Lana.

- (a) Serve actualmente de Official de Gabinete.
(b) Idem idem de Chefe da 1.ª Secção.
(c) Está encarregado da escripturação da Cadêa da Capital.

Secretaria do Governo da Provincia de Minas Geraes, 18 de Fevereiro de 1864.

Custodio Marcellino de Magalhães,
Secretario do Governo.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO PESSOAL DA MESA DAS RENDAS DA PROVINCIA DE MINAS GERAES.

Contadoria.	Inspector Contador Procurador Fiscal	Doutor João Bráulio Moinhos de Vilhena. Valeriano Manso Ribeiro de Carvalho. Doutor Camillo da Cunha Figueiredo.
	Chefes de Secção	Francisco de Paula Barbosa. Antonio Luiz Maria Soares de Albergaria. José Augusto Dias de Magalhães.
	1.º Escripturarios	Antonio Ernesto de Oliveira Machado. Antonio José de Oliveira. José Marques de Oliveira.
	2.º Escripturarios	Manoel de Jesus Torquato. José Francisco Bernhauss. Candido José Vianna Wellerson. Serafim Francisco Gonçalves. Pedro Teixeira da Motta. Antonio Paulino Alvares da Costa.
	3.º Escripturarios	Augusto Collatino de Mello. João de Faria Sousa. João da Costa Monteiro. João de Deus de Magalhães Jacques. José Felicissimo de Paula Xavier. Joaquim Cyriaco Ferreira da Silva.
	4.º Escripturarios	Antonio Basilio do Espirito Santo. João Augusto Nunes Bandeira. José Francisco Ferreira.
	Praticantes	Pedro de Oliveira Machado. Antonio Rodrigues Barcellos. Antonio Francisco Ferreira. José Augusto de Carvalho Gama.
	Official Maior	Joaquim Cypriano Ribeiro.
	Official Dito	Baptista Carlos José de Mello.
	Dito addido	Antonio José dos Santos.
Secretaria.	Dito addido	Francisco Antonio do Carmo.
	Dito dito	João Antonio Tassara de Padua.
	Amanuense	Domingos Ribeiro dos Santos Monteiro.
	Dito	João Alfredo de Athaide.
	Dito addido	Maximiano Bento Machado.
	Praticante	Eduardo Augusto Alvares da Costa.
	Extranumerarios	Camillo da Costa Braga. Honorio José Barbosa. Manoel José de Oliveira Junior.
	Cartorario	Bernardino Moreira da Silva.
	Porteiro	Modesto Antonio de Santa Rosa.
	Continuo	Luiz Maria de Azevedo. Manoel Pereira de Magalhães.

Secretaria do Governo da Provincia de Minas Geraes, 18 de Fevereiro de 1864.

O Secretario do Governo,
Custodio Marcellino de Magalhães.

QUADRO DO NUMERO DE JURADOS QUALIFICADOS NOS DIFFERENTES
TERMOS DA PROVINCIA DE MINAS GERAES NO ANNO DE 1864.

Comarcas.	Municipios	Urna geral	Urna es- pecial	Total.
Ouro Preto	Ouro Preto.	123	225	348
	Queluz			267
Rio das Velhas	Bomfim	213	50	263
	Sabará	115	71	186
	Caethé	95	49	144
	Santa Lusía	140	50	190
	Curvello	211	62	273
Parahybuna	Parahybuna	158	71	229
	Barbacena	175	68	243
	Rio Preto	103	35	138
	Mar de Hespanha.	274	67	341
Rio Pomba	Pomba	143	59	202
	Leopoldina.	406	55	461
	Araxá	235	47	282
Paranahyba	S. Francisco das Chagas.	209	27	236
	Patrocinio	268	31	299
	Bagagem	197	108	305
Rio Grande	Tamanduá	218	62	280
	Formiga	172	63	235
	Piumhy.	108	30	138
	Santo Antonio do Monte.	176	56	232
Rio Verde	Lavras	212	52	264
	Campanha	246	56	302
	Tres Pontas			
Paracatú Indaiá	Paracatú	294	120	414
	Pitangui	316	103	419
	Dores do Indaiá	170	43	213
Paraná	Pará.	302	65	367
	Uberaba	290	93	383
	Desemboque	131	14	145
	Prata	276		276
		5,976	1,822	8,075

Observação.

Faltão informações de 10 Camaras.

Secretaria do Governo 17 de Fevereiro de 1864.

O Secretario do Governo,
Custodio Marcellino de Magalhães.

TABELLA DOS SEMINARIOS EPISCOPAES DO CARAÇA E MARIANNA E DOS COLLEGIOS DE PENCIONISTAS E ORPHÁS DAS IRMÁS DE CHARIDADE EM MARIANNA.

SEMINARIO DO CARAÇA.			
Numero total dos Alumnos.	Materias do ensino.	N.º dos estudan-tes.	Nomes dos Lentes.
155.	Lingua Nacional	40	Padre João Baptista Fraissat.
	« Latina	72	« Messias Marques Affonso.
	« Franceza	»	« Antonio Richoux.
	« Ingleza	49	« José Maria Ferreira Velho.
	Geographia	»	« Julio Clavelin.
	Rhetorica	24	« Bartholomeo Sipolis.
	Arithmc. ^a , Algebra e Geom. ^a	28	« Manoel Joaquim Ferreira.
	Philosophia racional e moral	25	« Luiz Gonzaga Salvado Boavida.
	Theologia Moral	32	« Miguel Sipoles.
	« Dogmatica	32	« Aureliano de Sz. ^a Cunha Carv. ^o
	Instituições Canonicas	»	« Dominhos Musci.
	Hist. Sagrada e Ecclesiastica	»	« Antonio Valeriano Gonçalves.
	Escripfura Sagrada	»	
	Liturgia	»	
Musica	15		
Canto Gregoriano	32		
SEMINARIO DE MARIANNA.			
156.	Lingua Nacional	53	Doutor Pedro Maria de Lacerda.
	« Latina	112	« Silverio Gomes Pimenta.
	« Franceza	46	« João Baptista Caldeira.
	Philosophia racional e moral	22	« Francisco Xavier de Oliveira.
	Rhetorica	»	« Joaquim de Mattos.
	Geographia	20	Antonio Simplicio da Costa.
	Geom. ^a , Arithmc. ^a e Algebra	»	Bento Madureira.
	Historia Sagrada	94	Francisco dos Reis Menezes.
	Musica.	27	
COLLEGIO DAS PENCIONISTAS DE MARIANNA.			
50.	Em 3 Classes.		As Irmãs de Charidade Nacionaes e Estrangeiras.
	Doutrina Christã		
	Lingua Nacional		
	« Franceza		
	Arithmetica		
52.	Geographia		
	Musica e Pianno		
	Costuras, Bordados, e Flores		
COLLEGIO DAS ORPHÁS POBRES.			
52.	Em 2 Classes.		As mesmas irmãs
	Doutrina, Lêr, e Escrever,		
	Contar, Costura, e Flores.		

Mariana, 19 de Fevereiro de 1864. — ✕ ANTONIO Bispo de Marianna.

N.º 4.

O Doutor Chefe de Policia, em virtude de autorisação da Presidencia, constante do Officio datado de hontem, contracta, sob as condições abaixo declaradas, o fornecimento dos medicamentos, dietas e utensilios necessarios a enfermaria da Cadêa desta Capital, com a mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia, representada pelo Cidadão Anacleto de Magalhães Rodrigues, a quem autorizou a firmar o presente contracto.

Art. 1.º A mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia obriga-se :

§ 1.º A fornecer todos os medicamentos e dietas, prescriptas pelo medico da enfermaria, e o vasilhame indispensavel para uso dos doentes.

§ 2.º A conservar em estado de serviço 30 leitos, metade com esteiras e outra metade com enxergões, e todos com travesseiros, dous lençoes, fronhas, um cobertor no verão e dous no inverno.

§ 3.º A mudar a roupa dos leitos de 8 em 8 dias pelo menos, assim mais todas as vezes que esta não se conservar convenientemente limpa.

§ 4.º A reclamar do Carcereiro a roupa prestada pela policia, e que lhe será entregue por inventario.

§ 5.º A providenciar de modo, que todas as prescripções do medico sejam executadas immediatamente, quando for preciso, e quando muito duas horas depois, salvo porem os medicamentos para cuja preparação seja mister maior espago de tempo; e bem assim que todo o mais serviço da enfermaria se faça antes de fechar-se a cadêa.

§ 6.º A representar ao Chefe de Policia sobre quaesquer irregularidades, que se commettão na enfermaria indicando as medidas proprias para sanal-as.

§ 7.º Apresentar mensalmente a Presidencia um mappa do movimento da enfermaria.

Art. 2.º A mesa administrativa receberá a importancia de oito centos e cincuenta reis diarios por cada preso pobre que tratar.

Art. 3.º Fica sujeita a multa de dez mil reis por cada infracção do presente contracto, e que será imposta pelo Chefe de Policia.

Art. 4.º A importancia das diarias será paga em vista de informação do Chefe de Policia dedusindo-se por occasião do pagamento as multas em que a Santa Casa tiver incorrido.

Art. 5.º Vigorará o presente contracto por espago de um anno a contar de hoje, ficando ao Govrano o direito de rescindil-o, quando julgar conveniente. Secretaria da Policia aos vinte e trez de Janeiro de 1864. Eu Antonio Marciano da Silva Pontes Secretario da Policia o subscrevi. *Antonio de Sousa Martins—Anacleto de Magalhães Rodrigues.* Pagou de direitos 1080 conforme consta do conhecimento n.º 700 de 22 de Janeiro de 1864.—Confere *J. Borges.*—Conforme.—*Magalhães.*

MAPPA DO ARMAMENTO, CORREAME E EQUIPAMENTO PERTENCENTE AO CORPO POLICIAL.

Secretaria da Presidencia da Provincia de
Minas Geraes, 17 de Fevereiro de 1864.

Secretaria da Presidencia da Provincia de Minas Geraes, 17 de Fevereiro de 1864.		Armamento										Correame										Equipamento.																												
		Espingardas	Bayonetas	Terçados	Espadas	Clavinas	Pistolas	Mollas	Sacca-trapos	Martilhos e sacca-trapos	Pederneiras	Pistolas de percussão	Espingardas de dita	Chaves triangulares	Martilhos ou chaves de ouvidos	Patronas com correias	Cinturões	Bandoleiras	Baynhas de bayonetas	Guarda fechos	Cananas	Cartuxeiros	Talins	Correias de peito para cavallaria	Ditas para infantaria	Boldriés brancos	Carteiras de solla	Garupas brancas para capotes	Fiadores brancos	Cananas com abas envernizadas	Espoliteiras envernizadas	Cartuxeiros de folha	Bolsas para aparelhos	Fiadores de solla	Sellins	Estribos (pares)	Freios	Mantas de algodão	Ditas de penno	Porta clavinas	Canudos de inferiores	Garupas (pares)	Mollas	Mochillas	Correias de dita	Marmitas	Correias de dita	Mallotes	Aparelhos de limpeza	Porta pistollas com abas envernizadas
Já existentes	296	332	19	74	88	38	105		196	314				309	319	283	339	197	96	96	96													87	74	105	81	26	73	10	42	78	408	454	286	354	264			
Recebido novo		150	153	50	50	50	50	200	100	100	136	150	100	24	150	150	150	150					100	200	50	50	75	50	50	150	150	50	50							50		75	50	100	100		100		50	50
Somma.	296	482	172	124	138	88	155	200	296	414	136	150	100	24	459	469	433	489	347	96	96	96	100	200	50	50	75	50	50	150	150	50	50	87	74	105	81	26	73	10	42	78	408	454	286	354	264			
Destinos	Com as praças destacadas e em diligencias.	211	211	6	33	20	30	33		57	211				211	215	211	211	194	33	33	33												87	74	105	81	26	123	10	117	128	508	554	286	454	264	50	50	
	Com as praças existentes na Capital	68	79	13	31	28		31		14	59				79	83	66	79		31	31	31												30	30	30	44	3			18	30	214	214	204	185	184			
	Existem em arrecadação.	17	192		10	40	8	41	150	125	44		150	100		169	171	156	199	153	32	32	32		200						150	150			7	7	7	5	5			24		14	14		14	71		
	Idem na arrecadação geral			153	50	50	50	50	50	100	100	136		24										100		50	50	75	50	50		150	150			50	37	68	32	18	73	10		48	280	326	357	255	9	
Somma	296	482	172	124	138	88	155	200	296	414	136	150	100	24	459	469	433	489	347	96	96	96	100	200	50	50	75	50	50	150	150	50	50	87	74	105	81	26	123	10	117	128	508	554	286	454	264	50	50	

O Secretario do Governo, *Custodio Marcellino de Magalhães.*

N.º 6.

Descrição dos trabalhos que se tem de fazer para o melhoramento da navegação do rio Parahyba entre a ponte de ferro e a Cidade de Resende. Cachoeira de Resende. E' preciso melhorar o canal que existe actualmente junto á margem direita rebentando uma pedra com o volume de 3 braças cubicas que obstrue, aprofundando-o de mais 2 palmos em uma extensão de 36 braças de comprimento e duas de largura e de 1 1/2 palmo em uma extensão de 35 braças de comprimento e 2 de largura e remover todas essas pedras para a margem direita. Cachoeira do Surubim. E' preciso rebentar e remover para a margem um volume de 45 braças cubicas de grandes pedras que obstruem os leitos do rio, entre 2 ilhas que existem na margem direita. Cachoeira do inferno. Precisa junto á margem direita abrir na cadeia de pedras, que atravessa o rio quasi de um lado a outro um canal com dez braças de comprimento, quatro de largura e tres palmos de profundidade abaixo das mais baixas aguas, rebentando para esse fim um volume de trinta e cinco braças cubicas. Cachoeira do José Marques. Precisa alargar o canal que existe junto á margem esquerda, rebentando 32 braças cubicas de pedras que obstruem. 1.ª Cachoeira depois da casa de Antonio Ferreira. Precisa quebrar um volume de 36 braças cubicas de grandes pedras que obstruem o rio á margem direita e represão as aguas e mais abaixo junto da mesma margem, precisa abrir um canal de 11 braças de comprimento, 4 de largura e 3 palmos de profundidade, abaixo das mais baixas aguas, rebentando um volume de 22 braças cubicas de pedras que no tempo secco ficão 2 palmos fóra da agua. 2.ª Cachoeira dito, dito. N'este lugar o rio é muito largo, e conseguintemente tem as aguas pouca profundidade, é preciso na direcção da corda da curva que forma a margem direita abrir em pontos não seguidos e no leito do rio que ahi é de natureza pedregoso, 1 canal com profundidade de 3 palmos abaixo das mais baixas aguas, tendo para esse fim de aprofundar o leito actual de 2 palmos em uma extensão de 151 braças, dando-lhe a largura de 20 palmos. 3.ª Cachoeira dito, dito. Precisa remover tres braças cubicas de pedras soltas e aprofundar de 1 1/2 palmo o leito do rio junto a margem direita em uma extensão de 14 braças e em uma largura de 20 palmos. 4.ª Cachoeira dito, dito. E' preciso rebentar 5 braças cubicas de pedras que dificultão o transitio pela margem direita. 5.ª Cachoeira dito, dito. E' preciso rebentar 8 braças cubicas de pedra e aprofundar o leito do rio 1 1/2 palmo em uma extensão de 32 braças de comprimento e 2 de largura junto á margem direita devendo esse canal ficar com a profundidade de 3 palmos abaixo das mais baixas aguas. Cachoeira da Boa vista. E' preciso rebentar 5 braças cubicas de grandes pedras soltas, que existem pouco acima da cachoeira perto da margem direita. Na mesma cachoeira ainda perto da mesma margem é preciso rebentar 45 braças cubicas tambem de grandes pedras soltas, as quaes umas desviam as aguas de seu curso natural e outras obstruem o rio. Cachoeira da ponte da Barra Mansa. Precisa em diversos pontos todos perto da margem direita rebentar 11 braças cubicas de grandes pedras, e remover umas 5 braças cubicas de pedras menores. Cachoeira da cidade da Barra Mansa. Em frente ao porto da cidade e junto á margem tem de se rebentar 18 braças cubicas de pedra para encostar o canal á margem. Nos fundos do Hotel novo tem de se rebentar algumas pedras enormes que se achão mui perto da margem com um volume de 15 braças cubicas, dando ahi ao canal que nella se abrir a largura de 40 palmos e a profundidade de 3 abaixo das mais baixas aguas. Mais abaixo é mister rebentar algumas pedras com volume de 3 braças cubicas que se achão juntas á margem direita. Cachoeira da Jaraçaca. E' preciso remover as enormes pedras que existem perto da margem direita, e que durante o tempo secco ficão com um ou dous palmos fóra da agua, rebentando um volume de 25 braças cubicas. Logo adiante precisa ainda rebentar algumas pedras que estão encobertas, que tem o volume de 3 braças cubicas, e que se achão perto da mesma margem. Cachoeira do Luiz Candido. E' preciso desobstruir a margem esquerda do rio, rebentando e removendo 18 braças cubicas de grandes pedras que obstruem. Cachoeira dos Tres Poços. Esta cachoeira com cerca de 1/4 de legua de extensão é composta de 3 grandes cachoeiras, deixando entre si porções de rio perfeitamente navegáveis. A primeira dessas cachoeiras formada por grandes pedras altas dessiminadas por toda a largura do rio, precisa ser melhorada rebentando-se algumas pedras, que se achão perto da margem direita, e que prelam o volume de 27 braças cubicas. Na segunda cachoeira tambem formada por grandes pedras soltas e por uma serie de pequenas ilhas pedregosas, em algumas das quaes existe vegetação, é mister rebentar perto da margem direita um volume de 20 braças cubicas. A 3.ª cachoeira bem como as outras duas é formada por grandes pedras que obstruem o rio de um lado a outro: pode ser melhorada rebentando-se um volume de 16 braças cubicas perto da margem direita. Cachoeira das Quisilias. E' mister rebentar um volume de 4 braças cubicas de pedras junto á margem direita. Cachoeira do Rola-mão. E' mister rebentar e remover algumas pedras que em diversos pontos obstruem o rio na margem direita e uma outra que posto se ache um pouco afastada desvia as aguas do seu curso natural, e torna a correnteza muito rapida junto a mesma margem, todas com o volume de 15 braças cubicas. Cachoeira dos Pinheiros. Faz-se preciso rebentar e remover 3 braças cubicas de pedras que um pouco acima desta cachoeira e perto da margem direita obstruem o rio. Na mesma cachoeira carece alargar o canal que existe na margem

direita, quebrando e removendo 12 braças cubicas que represão as aguas e tornão a sua corrente muito rapida. Cachoeira da Maria Preta. O canal que existe pelo centro do rio é quasi impraticavel em consequencia da rapidez de sua corrente: é pois mister melhorar o canal estreito e tortuoso que ha na margem direita, quebrando e removendo 95 braças cubicas de pedra que actualmente umas represão as aguas e as desviam desse canal, e outras obstruem. Cachoeira do Pogo da escuma. O canal que existe no meio do rio tem forte velocidade, é necessario abrir um outro na margem direita, quebrando e removendo algumas grandes pedras soltas que o obstruem e outras que represão e desviam d'elle as aguas, formando todos um volume de 45 braças cubicas. Cachoeira da Conceição. E' preciso rebentar e remover no principio da cachoeira 6 braças cubicas de pedra que desviam as aguas da margem direita do rio, e logo adiante e junto da mesma margem, precisa ainda quebrar umas 38 braças cubicas que impedem a navegação. Cachoeira de Santa Cecilia. O canal que hoje existê no centro do rio é impraticavel em consequencia da grande velocidade das aguas, é pois mister melhorar o canal que existe na margem esquerda da ilha que está no meio do rio e no seu prolongamento até á margem direita, quebrando e removendo em diversos pontos um volume de 38 braças cubicas de grandes pedras soltas. Um pouco abaixo dessa cachoeira precisa tambem quebrar 7 braças cubicas de pedra que existe perto da margem direita. Cachoeira de Santa Anna. O canal que existe no meio desta cachoeira alem de ter uma corrente muito rapida tem algumas grandes pedras que o tornão muito perigoso, é pois mister junto a margem direita rebentar e remover 48 braças cubicas de grandes pedras que impedem que por ali se navegue actualmente.

5.º Districto das Obras Publicas 23 de Maio de 1860.—*Alfredo de Barros e Vasconcellos*, Chefe interino do Districto.

N. 7.

Ilm. e Exm. Sr.—Dezajando V. Exc. que eu dê o meu parecer acerca do esbulho das datas mineaes concedidas ao Padre Evencio Antonio Rodrigues Pinto e outros, praticado em S. Miguel, termo de Santa Barbara, por homens armados, e acompanhados do Subdelegado de Policia, Antonio Martins d'Oliveira, eu passo a expender a minha opinião a respeito da materia sujeita, constante da petição e informação que juntas revertem.—No estado actual da nossa civilisação, seria para desejar que as autoridades policiaes, encarregadas da repressão dos crimes, não se intromettessem em negocios puramente de direito civil, e que ninguém jamais se lembrasse de fazer justiça a si mesmo com as armas na mão; mas, se o direito moderno não servio de embaraço ao esbulho de que se trata, servirá o antigo para remediar o mal, e com elle se fazer justiça a quem tiver.—Havendo duvida sobre a medição e demarcação das datas mineaes concedidas aos supplicantes, pois que os esbulhadores pensão que o terreno lhes pertence, entendo que os esbulhados devem recorrer ao Superintendente das terras devolutas, e este, ouvidas as partes bocalmente, inteirado do esbulho, que se lhes faz, fará todo o possivel para pôr termo á questão, mandando-lhes restituir as referidas datas mineaes, reg. de 19 de Abril de 1702 § 4.º—Mas se acontecer, que, em presença das partes, o superintendente não possa bem averiguar a verdade, não sendo sufficientes os esclarecimentos verbaes. n'este caso elle admittirá os esbulhados a justificar o esbulho, e justificado, quanto for preciso, lhes fará então a divida justiça, oedenando a restituição da propriedade, que faz o objecto do esbulho, e bem assim de perdas e danos, que houverem soffrido, reg. e § citados.—Entendo mais que se os meios acima apontados não forem proficuos, e se com elles não for possivel pôr termo á questão, deverá o guarda mór substituto lançar-mão do que está determinado no § 10 do bando de 13 de Maio de 1736, fazendo tudo o que puder para amigavelmente compôr as partes; e, se ainda assim não conseguir o fim desejado, irá outra vez a questão (citadas as partes) ao superintendente para este mandar que redusão a artigos justificativos o seu direito, e, se assim julgar conveniente, para instruir-se na realidade do facto, e poder decidir com conhecimento de causa, mas sem estrepito algum de juizo, e procurando sempre evitar todas as demandas e discordias. O mesmo bando e § citados.—E' este o meu parecer, porem V. Exc. fará o que melhor entender de direito e justiça.—Deos Guarde a V. Exc.—Ouro Preto 13 de Janeiro de 1863.—Ilm e Exm. Sr. Conselheiro João Crispiniano Soares, muito digno Presidente desta Provincia.—*Joaquim José da Silva*.—Conforme.—*Magalhães*.—Conferi.—*Pinkheiro d'Ulhoa*.

N.º 8.

Contracto celebrado com o Nortê Americano Horacio M. Lanne para entreter a illuminação publica desta Capital. Aos 5 de Dezembro de 1863, nesta Secretaria da Policia da Provincia, pe-

rante o respectivo Chefe da Policia, Dr. Antonio de Sousa Martins, compareceo o Norte Americano Horacio M. Lanne para se encarregar da illuminação publica desta Capital, offercendo-se á faser a dita illuminação, segundo a proposta, que apresentou, e o mesmo Dr. Chefe de Policia, competentemente autorizado pela Presidencia da Provincia, em portaria de 17 de Novembro proximo passado, mandou lavrar o presente contracto com as condições seguintes:

Art. 1.º Do dia 16 do mez de Janeiro proximo futuro em diante se obriga o arrematante a manter a illuminação publica desta Capital á oleo kercsene, garantindo a luz de cada lampeão equivalente á de 10 velas stearinas.

Art. 2.º Conservará em completo aceio os lampeões e seus pertences.

Art. 3.º Manterá a illuminação com o n. de lampeões, que se julgar conveniente, e pelo preço de 11\$500 rs. cada um; acendendo-os nas noites escuras desde o anoitecer até o amanhecer, e nas de luar desde o anoitecer até que este appareça; ou desde que desappareça até amanhecer.

Art. 4.º Alem disso será obrigado acendel-os na noite de luar, em que por qualquer motivo haja escuridão, que não seja momentanea, sem que por isso receba gratificação alguma.

Art. 5.º O arrematante receberá do actual encarregado deste serviço todo o material existente em seu poder, comprado á custa dos cofres publicos, e fará á sua custa os concertos e substituições que forem necessarios para a perfeição do serviço.

Art. 6.º Quando cessar o presente contracto entregará no mesmo estado de conservação todo o material, que houver recebido, e que posteriormente for comprado á custa dos cofres publicos. Para garantia desta condição prestará fiança idonea.

Art. 7.º Dos lampiões existentes 15 terão reverberos; e quando se tenha de augmentar o numero dos lampiões (o que será feito por indicação do Chefe de Policia e resolvido pela Presidencia) serão fornecidos ao arrematante á custa dos cofres publicos os lampiões e postes, correndo por conta do arrematante, tanto neste, como nos já existentes, tudo o mais necessario para manutenção da illuminação.

Art. 8.º O preço dos lampiões, que se augmentar, será o estipulado na condição do art. 3.º, percebendo porem o arrematante 12\$500 rs., por aquelles que se augmentar com reverbero.

Art. 9.º O arrematante sujeita-se ás seguintes multas—De 1\$000 por qualquer lampião, que se encontrar apagado; 2\$000 pelo que assim permanecer por tempo superior á uma hora; 2\$000 rs. pela falta de aceio de cada lampeão, e pelos que não derem luz igual á que pelo art. 1.º se propõe o arrematante a apresentar; de 30\$000 rs. finalmente por não acendel-os a hora estipulada, ou apagal-os antes da que fica designada no art. 3.º.

Art. 10. Todas estas multas serão elevadas ao dobro nos casos de reincidencia e descontadas mensalmente por occasião do pagamento.

Não serão porem impostas, provando o arrematante terem sido motivadas as faltas por força maior, que neste caso se entende—tempestade ou tufão ou prohibição em virtude de lei da importação do oleo kerosene.

Art. 11. A fiscalisação do presente contracto fica a cargo do Dr. Chefe de Policia, que é o competente para a imposição das multas, e a fará por si ou pelos officiaes rondantes, ou pelas patrulhas, que lhe darão parte por escripto das faltas, que encontrarem, designando os lampeões á que se referirem.

Art. 12. Vigorará o presente contracto pelo espaço de um anno, podendo porem ser rescendido por deliberação da Presidencia e indicação do Dr. Chefe de Policia, quando se tornem frequentes as infracções das condições estipuladas; e no caso de ser cumprido pelo referido espaço, poderá continuar em vigor a aprasimento das partes.

E sendo lido o presente contracto, e aceito com todas as suas condições pelo dito Horacio M. Lanne, assignou com o mesmo Dr. Chefe de Policia e comigo Antonio Marciano da Silva Pontes, Secretario da Policia que o subscrevo.—Antonio de Sousa Martins—Horacio M. Lanne.—Antonio Marciano da Silva Pontes.—Pagou de direitos 1\$080, como se vê do conhecimento n. 582 e juntamente 12\$900 de sello.—Silva Pontes.—Conforme, Silva Pontes.—Conferi, J. Borges.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DAS CAMARAS MUNICIPAES
DA PROVINCIA DE MINAS GERAES POR SEMESTRES NOS ULTIMOS CINCO
ANNOS, A CONTAR DE JULHO DE 1856.**

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Ouro Preto.	2.º	1856	4:755\$608	3:964\$972
	1.º	1857	4:775\$086	4:176\$019
	2.º	»	4:282\$710	3:642\$942
	1.º	1858	5:358\$931	5:673\$336
	2.º	»	4:920\$969	4:371\$902
	1.º	1859	5:888\$688	6:754\$178
	2.º	»	6:087\$948	6:603\$474
	1.º	1860	6:594\$976	6:048\$271
	2.º	»	3:945\$058,5	3:953\$035
	1.º	1861	8:521\$042	7:546\$444,5
Quefuz.	2.º	1856	3:166\$279	2:147\$298
	1.º	1857	1:075\$549	891\$134
	2.º	»	1:031\$200	960\$994
	1.º	1858	1:217\$320	1:099\$229
	2.º	»	1:316\$320	2:199\$718
	1.º	1859	1:397\$480	1:340\$311
	2.º	»	1:490\$700	633\$020
	1.º	1860	1:187\$912	1:732\$977
	2.º	»	1:119\$820	1:362\$888
	1.º	1861	1:552\$944	750\$723
Bom Fim.	2.º	1856	741\$880	537\$772
	1.º	1857	241\$280	363\$443
	2.º	»	316\$922	377\$661
	1.º	1858	1:005\$285	593\$274
	2.º	»	227\$880	709\$630
	1.º	1859	944\$600	385\$610
	2.º	»	189\$840	711\$665
	1.º	1860	437\$760	353\$392
	2.º	»	234\$900	216\$416
	1.º	1861	641\$000	534\$055
Sabará.	2.º	1856	2:803\$747	4:126\$704
	1.º	1857	4:563\$512	3:993\$884
	2.º	»	1:961\$120	2:216\$700
	1.º	1858	1:992\$400	1:771\$585
	2.º	»	2:039\$100	2:309\$838
	1.º	1859	3:090\$020	2:756\$736
	2.º	»	2:250\$000	2:808\$799
	1.º	1860	2:850\$700	2:553\$092
	2.º	»	2:522\$360	2:597\$998
	1.º	1861	3:964\$225	4:050\$464
Santa Luzia.	1.º	1857	1:086\$400	859\$606
	2.º	»	1:203\$240	826\$732
	1.º	1858	1:049\$360	956\$531
	2.º	»	1:138\$000	1:005\$360
	1.º	1859	1:420\$000	1:270\$900
	2.º	»	1:901\$000	1:491\$176
	1.º	1860	2:006\$100	2:167\$301
	2.º	»	2:395\$381	2:010\$987
	1.º	1861	1:488\$900	1:335\$326
Caethé.	2.º	1856	633\$540	840\$378
	1.º	1857	631\$130	362\$060
	2.º	»	667\$340	395\$940
	1.º	1858	324\$925	484\$358
	2.º	»	716\$945	765\$731
	1.º	1859	336\$250	672\$863
	2.º	»	821\$640	362\$498

AMARAS · MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Caethé.	1.º	1860	4708680	1:0728205
	2.º	»	6078638	7458496
	1.º	1861	5518830	6128544
Pitangui.	2.º	1856	1:3768710	1:2868960
	1.º	1857	2:2338122	1:8388768
	2.º	»	1:0588315	1:2098290
	1.º	1858	1:3468720	1:6458373
	2.º	»	1:0148000	8968899
	1.º	1859	2:3458624	1:9418320
	2.º	»	1:4418061	1:4458228
	1.º	1860	1:2218491	1:3408559
	2.º	»	1:9408620	1:4438002
Curvello.	1.º	1861	2:2698460	2:6688512
	2.º	1856	3348880	5098919
	1.º	1857	4688215	2748634
	2.º	»	1:0078230	1:0198748
	1.º	1858	5758240	3088274
	2.º	»	1:0928050	6398122
	1.º	1859	1:1458340	7438778
	2.º	»	8188120	5968275
	1.º	1860	1:6978990	9998425
Dores do Indaiá.	2.º	»	5028720	5708633
	1.º	1861	9498090	8308441
	2.º	1856	3038878	2978859
	1.º	1857	5808825	5078410
	2.º	»	3038536	2948426
	1.º	1858	5228964	5228964
	2.º	»	4898607	4898607
	1.º	1859	9538148	6038715
	2.º	»	1:1378640	4148016
Pará (*).	1.º	1860	2:1358879	1:1068852
	2.º	»	3:1538766	1:8218631
	1.º	1861	4698080	5118209
	2.º	1859	1:0448950	6138986
	1.º	1860	1:0338970	9318159
	2.º	»	1:6178750	1:1448297
	1.º	1861	4798200	5798201
	2.º	1856	3:6748785	2:0698865
	1.º	1857	1:6718068	1:4658744
Marianna.	2.º	»	1:6028719	1:2438915
	1.º	1858	1:1688271	1:1208301
	2.º	»	1:6028922	7918117
	1.º	1859	2:0508484	2:1008650
	2.º	»	2:1088675	1:9528859
	1.º	1860	9968551	9828202
	2.º	»	1:0108680	2:0658768
	1.º	1861	1:3018630	1:0958024
	2.º	1856	3148000	3148250
Piranga.	1.º	1857	1398000	1638902
	2.º	»	5448690	4838536
	1.º	1858	3308000	4288000
	2.º	»	408000	2168858
	1.º	1859	1:0188315	6188755
	2.º	»	8	2038660
	1.º	1860	8	2628260
	2.º	»	5508000	1768150
	1.º	1861	1:1868415	1:2418691

(*) Foi installada a 20 de Setembro de 1859.

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	REGEITA.	DESPESA.
Ubá.	2.º	1856	1:6498735	2.3548030
	1.º	1857	4848902	2708690
	2.º	»	4548000	2313680
	1.º	1858	1:5548860	1:2528034
	2.º	»	6218400	8748420
	1.º	1859	3:1848000	2:5158379
	2.º	»	9408747	2828300
	1.º	1860	6518000	3218452
	2.º	»	9878995	3428770
	1.º	1861	1:4828360	8188535
Pomba.	2.º	1856	4428557	4568537
	1.º	1857	1:2488520	1:2108960
	2.º	»	3798228	2998023
	1.º	1858	1:2138476	1:2048708
	2.º	»	3328578	2498734
	1.º	1859	9398904	8528688
	2.º	»	5758366	5638912
	1.º	1860	1:1768036	1:1818280
	2.º	»	2138000	6188044
	1.º	1861	1:5588660	1:5568414
Mar d'Hespanha.	2.º	1856	1:2338782	7378680
	1.º	1857	2:6008742	1:0668656
	2.º	»	2:6128766	3:9798203
	1.º	1858	4:2088674	2:0058398
	2.º	»	2:2288831	1:2238552
	1.º	1859	3:6048133	3:1138713
	2.º	»	1:5458178	1:3088432
	1.º	1860	4:3658746	3:7358980
	2.º	»	1:3518766	1:5198919
	1.º	1861	4:1358160	3:1298094
Santa Barbara.	2.º	1856	3:3418386	2:6408751
	1.º	1857	1:5218230	1:4418749
	2.º	»	8018860	1:0018663
	1.º	1858	2:1518660	2:1508223
	2.º	»	1:6968509	1:2578760
	1.º	1859	1:5898800	2:5348996
	2.º	»	1:0738550	9948332
	1.º	1860	3:1888100	3:0158251
	2.º	»	2:4208360	2:1468703
	1.º	1861	2:8358315	3:2268057
Itabira.	2.º	1856	1:5978993	1:5628934
	1.º	1857	1:7538950	1:3948740
	2.º	»	7708830	8988269
	1.º	1858	1:3248937	1:5328645
	2.º	»	1:5418034	1:4458191
	1.º	1859	3:6398851	1:9448443
	2.º	»	6928727	2:0168734
	1.º	1860	1:3038903	2:8468319
	2.º	»	2:5508549	2:3288645
	1.º	1861	6778611	1:3118756
Serro.	2.º	1856	1:2988000	1:2078734
	1.º	1857	1:1758650	1:3038932
	2.º	»	1:1978840	1:0548708
	1.º	1858	1:8058400	1:4188788
	2.º	»	1:7308290	1:9628132
	1.º	1859	1:4598680	2:0228318
	2.º	»	2:3238850	1:3958524
	1.º	1860	1:6128940	2:5468090
	2.º	»	2:6318640	2:6118226
	1.º	1861	2:7298800	2:2038114

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Concoição.	2.º	1856	641\$330	957\$417
	1.º	1857	334\$930	391\$828
	2.º	»	959\$430	759\$387
	1.º	1858	1:161\$482	1:327\$313
	2.º	»	917\$850	714\$003
	1.º	1859	264\$760	490\$760
	2.º	»	611\$480	523\$809
	1.º	1860	305\$370	466\$029
	2.º	»	297\$130	620\$018
	1.º	1861	450\$200	664\$692
Diamantina.	2.º	1856	3:429\$989	3:015\$836
	1.º	1857	3:445\$539	4:095\$804
	2.º	»	3:718\$230	2:961\$556
	1.º	1858	2:994\$090	3:799\$177
	2.º	»	4:422\$480	3:310\$508
	1.º	1859	4:492\$819	3:749\$604
	2.º	»	3:286\$560	3:047\$555
	1.º	1860	4:653\$190	2:664\$734
	2.º	»	2:342\$940	4:889\$296
	1.º	1861	3:671\$080	2:951\$054
Minas Novas.	2.º	1856	717\$220	580\$084
	1.º	1857	625\$500	588\$840
	2.º	»	444\$748	555\$785
	1.º	1858	731\$468	794\$900
	2.º	»	1:077\$375	849\$477
	1.º	1859	640\$575	689\$874
	2.º	»	450\$770	449\$481
	1.º	1860	643\$280	755\$993
	2.º	»	620\$850	692\$446
	1.º	1861	1:000\$706	1:010\$461
Grão Mogol.	2.º	1856	832\$450	798\$606
	1.º	1857	650\$936	547\$640
	2.º	»	500\$570	427\$206
	1.º	1858	550\$340	443\$745
	2.º	»	428\$320	624\$760
	1.º	1859	503\$100	610\$568
	2.º	»	497\$230	555\$470
	1.º	1860	777\$160	912\$399
	2.º	»	957\$965	759\$152
	1.º	1861	1:891\$940	1:697\$979
Borbacena.	2.º	1856	1:091\$810	1:154\$579
	1.º	1857	962\$840	621\$524
	2.º	»	1:025\$136	397\$433
	1.º	1858	554\$600	669\$174
	2.º	»	1:258\$354	1:673\$943
	1.º	1859	907\$248	641\$670
	2.º	»	875\$228	798\$869
	1.º	1860	516\$460	884\$094
	2.º	»	1:483\$632	497\$920
	1.º	1861	2:009\$660	1:132\$850
Parahybuna.	2.º	1856	1:084\$250	3:653\$887
	1.º	1857	1:978\$630	888\$216
	2.º	»	2:502\$786	1:845\$339
	1.º	1858	1:281\$920	2:475\$298
	2.º	»	1:894\$240	2:184\$853
	1.º	1859	4:321\$240	2:280\$198
	2.º	»	1:948\$520	2:630\$620
	1.º	1860	3:584\$040	2:479\$665
	2.º	»	1:783\$840	2:834\$731
	1.º	1861	4:803\$460	5:886\$638

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	REGEITA.	DESPESA.
Rio Preto (*).	1.º	1858	1:861\$960	1:418\$371
	2.º	»	281\$400	496\$520
	1.º	1859	1:944\$640	1:599\$862
	2.º	»	533\$880	839\$973
	1.º	1860	1:441\$200	701\$340
	2.º	»	1:862\$000	2:528\$160
Leopoldina.	1.º	1861	608\$080	484\$290
	2.º	1856	454\$800	414\$414
	1.º	1857	390\$000	147\$850
	2.º	»	991\$000	627\$300
	1.º	1858	843\$700	686\$903
	2.º	»	1:599\$440	1:524\$787
	1.º	1859	634\$852	559\$828
	2.º	»	1:185\$180	1:306\$146
	1.º	1860	1:179\$000	969\$428
	2.º	»	1:207\$200	856\$371
S. João d'El-Rei.	1.º	1861	2:390\$000	1:639\$495
	2.º	1856	2:762\$384	3:928\$174
	1.º	1857	3:325\$064	2:035\$130
	2.º	»	2:563\$294	3:906\$587
	1.º	1858	3:541\$130	2:911\$612
	2.º	»	3:683\$950	3:447\$677
	1.º	1859	2:968\$200	3:327\$206
	2.º	»	2:808\$600	2:931\$994
	1.º	1860	3:607\$000	3:667\$773
	2.º	»	2:467\$252	3:194\$792 1/2
S. José.	1.º	1861	2:374\$470	2:440\$200
	2.º	1856	1:103\$614	567\$630
	1.º	1857	1:412\$690	484\$952
	2.º	»	945\$338	249\$650
	1.º	1858	1:189\$768	506\$226
	2.º	»	683\$542	435\$306
	1.º	1859	697\$486	477\$202
	2.º	»	880\$284	351\$189
	1.º	1860	988\$965	315\$985
	2.º	»	1:702\$980	355\$390
Lavras.	1.º	1861	1:932\$430	1:279\$694
	2.º	1856	671\$450	474\$990
	1.º	1857	891\$200	1:143\$680
	2.º	»	618\$300	667\$330
	1.º	1858	1:026\$100	1:314\$437
	2.º	»	1:353\$950	440\$074
	1.º	1859	1:218\$830	2:454\$554
	2.º	»	1:939\$980	1:085\$858
	1.º	1860	577\$100	897\$204
	2.º	»	1:691\$110	1:029\$135
Tamanduá.	1.º	1861	1:464\$300	732\$900
	2.º	1856	668\$731	966\$653
	1.º	1857	914\$268	923\$094
	2.º	»	422\$100	619\$279
	1.º	1858	640\$740	541\$976
	2.º	»	505\$600	599\$640
	1.º	1859	597\$120	443\$992
	2.º	»	472\$800	577\$780
	1.º	1860	505\$400	345\$440
	2.º	»	828\$640	882\$651
	1.º	1861	477\$505	795\$108

(*) Foi installada em 7 de Janeiro de 1858.

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Formiga.	2.º	1856	594\$240	630\$208
	1.º	1857	2.587\$360	2.103\$440
	2.º	»	634\$300	328\$300
	1.º	1858	1.708\$940	2.193\$291
	2.º	»	345\$120	418\$440
	1.º	1859	1.816\$999	1.475\$358
	2.º	»	686\$700	201\$490
	1.º	1860	1.698\$360	900\$816
	2.º	»	749\$740	1.117\$635
	1.º	1861	1.222\$548	748\$044
Piumby.	2.º	1856	232\$000	322\$500
	1.º	1857	274\$250	122\$930
	2.º	»	209\$300	68\$900
	1.º	1858	335\$250	438\$230
	2.º	»	445\$900	282\$500
	1.º	1859	326\$050	162\$500
	2.º	»	82\$000	279\$900
	1.º	1860	490\$900	588\$340
	2.º	»	480\$060	446\$060
	1.º	1861	217\$400	261\$240
Campanha.	2.º	1856	2.677\$343	2.681\$552
	1.º	1857	2.167\$397	2.063\$566
	2.º	»	1.523\$433	1.463\$490
	1.º	1858	2.719\$405	2.751\$203
	2.º	»	2.005\$807	1.982\$079
	1.º	1859	1.900\$300	1.953\$197
	2.º	»	2.341\$376	2.333\$036
	1.º	1860	2.316\$834	2.565\$548
	2.º	»	2.369\$600	2.594\$172
	1.º	1861	5.352\$185	4.619\$844
Baependy.	2.º	1856	1.529\$394	1.113\$983
	1.º	1857	2.417\$211	1.719\$499
	2.º	»	1.854\$712	749\$821
	1.º	1858	1.567\$451	1.191\$786
	2.º	»	1.442\$245	1.264\$946
	1.º	1859	2.081\$839	1.721\$243
	2.º	»	1.569\$060	993\$914
	1.º	1860	1.669\$646	1.107\$297
	2.º	»	1.974\$070	1.974\$070
	1.º	1861	2.473\$956	2.473\$956
Ayuruoca.	2.º	1856	169\$750	198\$940
	1.º	1857	257\$750	258\$335
	2.º	»	272\$750	272\$881
	1.º	1858	709\$550	349\$709
	2.º	»	415\$550	364\$995
	1.º	1859	254\$050	281\$105
	2.º	»	1.293\$250	867\$986
	1.º	1860	1.639\$250	1.620\$585
	2.º	»	978\$625	1.362\$119
	1.º	1861	678\$250	392\$495
Tres-Pontas.	2.º	1856	839\$220	621\$095
	1.º	1857	555\$360	661\$403
	2.º	»	764\$037	558\$972
	1.º	1858	688\$580	419\$072
	2.º	»	1.076\$200	989\$223
	1.º	1859	1.310\$164	1.107\$078
	2.º	»	854\$944	561\$504
	1.º	1860	1.363\$780	497\$894

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Tres-Pontas.	2.º	1860	773\$580	1:089\$436
	1.º	1861	1:403\$700	1:285\$806
Caldas.	2.º	1856	583\$600	752\$055
	1.º	1857	807\$750	854\$762
	2.º	»	937\$000	1:142\$453
	1.º	1858	1:464\$960	1:572\$322
	2.º	»	675\$720	782\$998
	1.º	1859	1:453\$500	1:478\$388
	2.º	»	1:029\$960	906\$450
	1.º	1860	646\$500	1:101\$417
	2.º	»	558\$600	568\$537
	1.º	1861	1:574\$820	1:748\$731
Passos.	2.º	1856	219\$722	216\$200
	1.º	1857	203\$922	199\$319
	2.º	»	124\$353	119\$386
	1.º	1858	453\$173	397\$890
	2.º	»	242\$875	195\$560
	1.º	1859	392\$145	261\$440
	2.º	»	370\$785	291\$920
	1.º	1860	459\$680	457\$980
	2.º	»	354\$800	354\$800
	1.º	1861	900\$000	631\$170
Itajubá.	2.º	1856	703\$800	784\$984
	1.º	1857	1:564\$120	663\$541
	2.º	»	212\$000	715\$637
	1.º	1858	1:290\$000	850\$986
	2.º	»	384\$000	585\$460
	1.º	1859	864\$700	490\$277
	2.º	»	1:053\$870	3:008\$275
	1.º	1860	545\$200	615\$043
	2.º	»	898\$200	1:129\$999
	1.º	1861	1:214\$500	1:736\$200
Pouso Alegre.	2.º	1856	487\$950	688\$162
	1.º	1857	1:450\$942	866\$554
	2.º	»	889\$950	1:251\$977
	1.º	1858	1:196\$264	1:154\$341
	2.º	»	1:216\$690	1:077\$499
	1.º	1859	1:560\$687	1:622\$527
	2.º	»	1:673\$720	1:420\$003
	1.º	1860	2:952\$032	2:063\$677
	2.º	»	1:324\$644	2:387\$715
	1.º	1861	2:410\$122	1:848\$786
Jaguary.	2.º	1856	1:121\$700	639\$362
	1.º	1857	1:186\$500	919\$522
	2.º	»	1:313\$338	801\$621
	1.º	1858	1:696\$477	1:023\$300
	2.º	»	1:132\$287	964\$068
	1.º	1859	1:266\$319	624\$871
	2.º	»	1:680\$949	1:423\$490
	1.º	1860	1:539\$689	572\$800
	2.º	»	2:063\$889	1:263\$696
	1.º	1861	1:478\$624	1:320\$599
Uberaba.	2.º	1856	187\$800	224\$300
	1.º	1857	718\$800	224\$300
	2.º	»	425\$400	388\$552
	1.º	1858	753\$200	113\$500
	2.º	»	337\$200	320\$210
	1.º	1859	336\$400	228\$240

CAMARAS MUNICIPAES.	SEMESTRES.	ANNOS.	RECEITA.	DESPESA.
Uberaba.	2.º	1859	770\$440	768\$790
	1.º	1860	551\$640	592\$244
	2.º	»	586\$650	580\$112
	1.º	1861	1:152\$950	1:004\$505
Araxá (*).	2.º	1856	220\$400	214\$400
	1.º	1858	230\$720	136\$612
	2.º	»	210\$620	184\$402
	1.º	1859	163\$900	268\$364
	2.º	»	152\$440	123\$450
	1.º	1860	172\$000	270\$860
	2.º	»	370\$000	270\$800
	1.º	1861	252\$120	258\$942
Desembaque.	2.º	1856	148\$050	76\$033
	1.º	1857	642\$830	393\$910
	2.º	»	163\$700	88\$105
	1.º	1858	30\$500	107\$955
	2.º	»	263\$600	158\$504
	1.º	1859	264\$930	149\$200
	2.º	»	8	100\$000
	1.º	1860	293\$880	218\$848
	2.º	»	151\$000	111\$640
	1.º	1861	153\$825	136\$100
Paracatú.	2.º	1856	396\$000	612\$940
	1.º	1857	1:765\$130	1:259\$827
	2.º	»	1:017\$900	758\$774
	1.º	1858	1:125\$000	1:095\$794
	2.º	»	880\$000	687\$535
	1.º	1859	1:200\$000	1:586\$130
	2.º	»	1:456\$370	1:661\$280
	1.º	1860	1:308\$043	827\$138
	2.º	»	694\$770	734\$585
	1.º	1861	1:202\$320	1:179\$535
Patrocínio.	2.º	1856	343\$155	359\$867
	1.º	1857	297\$666	211\$480
	2.º	»	624\$336	348\$042
	1.º	1858	449\$642	358\$360
	2.º	»	304\$400	315\$879
	1.º	1859	198\$399	157\$186
	2.º	»	161\$213	111\$160
	1.º	1860	316\$766	241\$192
	2.º	»	280\$256	199\$428
	1.º	1861	321\$153	298\$622

Não vão aqui incluídas as Camaras Municipaes da Oliveira, Christina, Montes Claros, Januaria, Bagagem, São Romão, Prata e Rio Pardo por não terem prestado os necessarios dados da receita e despesa, e bem assim as das Villas da Ponte Nova, São Francisco das Chagas do Campo Grande, Formosa, Guaiçuby, Santo Antonio do Monte e São Paulo do Muriaé, que foram installadas depois do anno de 1861.

Secretaria do Governo da Provincia da Minas Geraes, 19 de Dezembro de 1863.—*Candido Theodoro de Oliveira*, Official Maior servindo de Secretario.

Cônfôrme.—*Custodia Marcellino de Magalhães*.

(*) Não se menciona a importancia da receita e despesa do 1.º e 2.º 6.º de 1857 por não constar do quadro apresentado por esta Camara, que allegou em seu officio não ter encontrado no seu archivo os balancetes relativos aquelle periodo.